



4

**CONGRESSO
NACIONAL**

Salvador-BA | 24 a 26 de Agosto de 2017

Democracia e luta em defesa do emprego e dos direitos



Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil

**DOCUMENTO BASE DO
4º CONGRESSO NACIONAL DA CTB**



EXPEDIENTE

Direção Executiva

Presidente
Adilson Araújo

Vice-presidência
Nivaldo Santana, Maria Lúcia Moura, Joilson Antônio Cardoso, Severino Almeida, Vicente Selistre

Secretaria geral
Wagner Gomes

Secretaria geral adjunta
Kátia Gaivotto

Secretaria de finanças
Vilson Luiz da Silva

Secretaria de finanças adjunta
Gilda Almeida de Souza

Secretaria de formação e cultura
Celina Alves Arêas

Secretaria de políticas sociais, esporte e lazer
Carlos Rogério Nunes

Secretaria de política sindical e relações institucionais
Claudemir Nonato Santos

Secretaria de previdência, aposentados e pensionistas
Pascoal Carneiro

Secretaria de relações internacionais
José Divanilton Pereira

Secretaria de relações internacionais adjunta
José Adilson Pereira

Secretaria de mulheres
Ivânia Pereira

Secretaria de políticas para a juventude trabalhadora
Vitor Espinoza

Secretaria de políticas de promoção de igualdade racial
Mônica Custódio

Secretaria de defesa de meio ambiente
Antoninho Rovaris

Secretaria adjunta de meio ambiente
Vago

Secretaria de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e segurança no trabalho
Elgiane de Fátima Lago

Secretaria de política agrícola e agrária
Sérgio de Miranda

Secretaria do serviço público e do trabalhadores públicos
João Paulo Ribeiro

Secretaria adjunta do serviço público e do trabalhadores públicos
José Gonçalves

REDAÇÃO

Secretária de Imprensa e Comunicação
Raimunda Gomes
Equipe
Cinthia Ribas; Danilo Ribeiro; Érika Ceconi; Carlos Umberto Martins; Joanne Mota; Laldert Castello Branco; Marcos Aurélio Ruy; Natália Rangel e Renato Bazan
Designer Gráfico
Danilo Ribeiro

ÍNDICE

EXPEDIENTE	2
RESOLUÇÃO POLÍTICA	4
SISTEMA DE CUSTEIO SINDICAL	7
UM MANDATO EXITOSO	9
DESENVOLVIMENTO NO CAMPO	13
BALANÇO DAS SECRETARIAS	17
SECRETARIA GERAL	18
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	20
IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	21
FORMAÇÃO E CULTURA	24
POLÍTICAS SOCIAIS	27
JUVENTUDE TRABALHADORA	28
IGUALDADE RACIAL	31
POLÍTICAS AGRÍCOLA E AGRÁRIA	32
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	34
SERVIÇOS PÚBLICOS	37
PREVIDÊNCIA E APOSENTADOS	38
MULHER TRABALHADORA	40
DOCUMENTO BASE ETAPAS ESTADUAIS DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CTB	42

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Rua Cardoso de Almeida, 1843, Sumaré - São Paulo - SP
CEP: 01251-001
Telefone: +55 11 3874.0040
Fax: +55 11 3106.2544
presidencia@portalctb.org.br

DOCUMENTO BASE DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CTB

24 a 26 de Agosto de 2017

4º CONGRESSO NACIONAL DA CTB

PRESIDENTE

Adilson Gonçalves de Araújo

COORDENADOR

Wagner Gomes

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

Kátia Gaivotto; Celina Areas; Vilson Luiz da Silva; Raimunda Gomes; Severino Almeida; Joilson Cardoso; Nivaldo Santana; Sérgio de Miranda; Ivânia Pereira.

GT de Redação

Nivaldo Santana; Joilson Cardoso; Sérgio de Miranda; Severino Almeida; Odilon Braga, Kátia Gaivotto e Ivânia Pereira

Assessoria

Carlos Umberto Martins

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO 4º CONGRESSO DA CTB

1. O Brasil vive dias tristes e críticos. O golpe de Estado travestido de impeachment que promoveu a ascensão de Michel Temer à Presidência da República está impondo ao país um retrocesso econômico, político e social provavelmente sem paralelo em sua história. Seu alvo são os direitos sociais, a soberania nacional, a democracia, e a classe trabalhadora é sua principal vítima.

2. Está em curso uma obra de restauração neoliberal que - ao priorizar a satisfação dos interesses das classes dominantes em detrimento dos mais pobres, prejudicando sobretudo a classe trabalhadora - acirra as contradições sociais ao mesmo tempo em que agride a democracia e a soberania, apequenando a nação brasileira no interior da comunidade mundial.

3. As normas para exploração do pré-sal foram alteradas para beneficiar as multinacionais estrangeiras. A Petrobras está sendo deliberadamente enfraquecida e sob risco de privatização. Verifica-se o esvaziamento da política de conteúdo local. O governo enviou ao Congresso Nacional projeto que libera a venda de terras a estrangeiros. A engenharia nacional foi golpeada pela operação Lava Jato e a nova política externa, capitaneada pelos tucanos, é de novo realinhada aos interesses imperialistas dos EUA.

4. A agressão à democracia, inerente ao golpe, se desdobra no recrudescimento da repressão às manifestações populares e criminalização das lutas sociais, no crescimento da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais, assim como contra mulheres e negros, e na banalização das arbitrariedades cometidas pela polícia e pelo Poder Judiciário, na exacerbação do ódio e da intolerância, no avanço da extrema direita.

5. A política de austeridade, consubstanciada no congelamento dos gastos públicos primários por 20 anos, condena a economia nacional à eterna estagnação e requer o desmanche do Estado nacional, sobretudo no que diz respeito ao bem estar social e aos investimentos em infraestrutura. O sacrifício dos serviços públicos, inclusive nas áreas de educação e saúde, impacta principalmente as parcelas mais pobres e vulneráveis da população.

6. Impondo a agenda reacionária ditada pelos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros o Parlamento aprovou e Temer sancionou a terceirização irrestrita da produção e a contrarreforma da CLT, que institui o infame trabalho intermitente, dificulta o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, individualiza as relações de trabalho, estabelece o primado do negociado sobre o legislado, permitindo o alongamento da jornada de trabalho e o fatiamento das férias e, de uma forma geral, amplia significativamente a flexibilização da Lei e a precarização das relações entre capital e trabalho.

7. Conforme denunciaram muitos estudiosos e profissionais associados ao Direito do Trabalho, as mudanças na legislação trabalhista promovidas pelo governo golpista consagram um retrocesso das relações sociais de produção às condições existentes no início do século 20, bem antes da CLT.

8. As mudanças alcançam também a organização dos trabalhadores e são, neste particular, ostensivamente orientadas pelo propósito de quebrar a espinha dorsal do movimento sindical, de modo a enfraquecer e derrotar a resistência da classe trabalhadora ao retrocesso. Não custa aqui lembrar que a força unificada do sindicalismo ficou demonstrada na greve geral do dia 28 de abril deste ano, a maior já realizada na história do país, bem como na 10ª Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília no dia 24 de maio, que mobilizou mais de 150 trabalhadores e trabalhadoras.

9. As entidades sindicais são afetadas de variados modos (e sempre negativamente) pelas novas normas, o que inclui a terceirização sem limites, trabalho temporário, trabalho intermitente e outras formas de precarização. Foram alvos diretos dos artigos que instituem comis-

sões de empregados eleitas à margem dos sindicatos e extinguem a Contribuição Sindical, acabando com a principal forma de financiamento da estrutura sindical.

10. As comissões terão atribuições que invadem as competências e esvaziam o poder de negociação dos sindicatos e, sendo mais facilmente influenciadas pelos patrões, podem culminar na criação de sindicatos paralelos por empresas. O fim do Imposto Sindical - associado às restrições do STF à cobrança de outras taxas previstas na Constituição - ameaça a existência de inúmeros sindicatos e também põe em xeque a sobrevivência das centrais.

11. À frente de um governo ilegítimo e desmoralizado, Temer conseguiu a proeza de ser o primeiro presidente denunciado por corrupção pela Procuradoria Geral da República. Embora acuado politicamente e detestado pelo povo, conforme indicam os índices inéditos de impopularidade que vem acumulando, promete entregar ao mercado financeiro a contrarreforma da Previdência, que propõe idade mínima de 65 anos para as aposentadorias, entre outras maldades, e tem por objetivo a privatização da Previdência, ansiada pelos banqueiros.

12. Com respaldo das classes dominantes e da mídia burguesa os golpistas conspiram para a implantação de um bizarro regime parlamentarista (em substituição ao presidencialismo), que seria precedido de uma reforma política nitidamente antidemocrática e destinada a isolar os partidos de esquerda. Ao mesmo tempo procuram impedir a candidatura do ex-presidente Lula ao pleito presidencial previsto para 2018. A condenação de Lula pelo juiz Sergio Moro no âmbito da operação Lava Jato, sem provas concretas e com base nas insinuações de um delator, foi o primeiro passo neste sentido.

13. Uma nova realidade política emerge com a progressiva consolidação do golpe e a restauração neoliberal. É bem mais complexa e adversa para a classe trabalhadora e o movimento sindical. A CTB e demais centrais sindicais, os movimentos sociais e as forças democráticas e progressistas em geral enfrentam hoje desafios mais difíceis que antes. É imperativo redobrar os esforços para despertar a consciência das massas trabalhadoras e potencializar a mobilização das bases para a luta em defesa dos direitos sociais, da democracia e da soberania nacional.

14. O golpe contra a classe trabalhadora ocorre num ambiente de grave crise econômica e desemprego em massa, que fragiliza o movimento sindical e dificulta a resistência ao retrocesso. A economia brasileira amargou a maior recessão de sua história entre 2015 até os primeiros meses de 2017, período em que o PIB acumulou uma queda de quase 8%.

15. No fim do segundo trimestre deste ano o mercado de trabalho brasileiro contava 26,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desocupados e subocupados, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, divulgada no dia 17 de agosto. O fenômeno também tem a ver com a chamada quarta revolução industrial, pois sob as relações capitalistas de produção a automação e o crescimento da produtividade dela decorrente sinalizam demissões em massa ao invés de redução da jornada de trabalho.

16. O golpe no Brasil não deve ser analisado como um acontecimento isolado, desconectado da realidade mundial. A crise brasileira faz parte da crise mundial. O país sofre no momento os efeitos da onda conservadora que assola o mundo, e especialmente a América Latina, e que compreende igualmente o retrocesso neoliberal na Argentina e em outros países da região e, destacadamente, o acirramento da guerra econômica e dos conflitos políticos na Venezuela.

17. Esses fenômenos políticos são desdobramentos da crise da ordem imperialista internacional hegemônica pelos EUA, hoje presidido por Donald Trump, que ameaçou desencadear uma guerra contra a Coreia do Norte e invadir a Venezuela. É visível o agravamento das tensões internacionais. Ressurge o fantasma de uma catástrofe nuclear, que frequentou a imaginação mundial nos tempos da chamada guerra fria.

18. A radicalização da luta de classes é a marca desta nossa época. A ofensiva neoliberal do capital contra o trabalho é um fenômeno de dimensão internacional, perceptível na Europa,

nos EUA, assim como no Brasil e em toda a América Latina. A defesa da paz e de uma nova ordem internacional fundada no respeito ao direito à autodeterminação dos povos e soberania das nações está na ordem do dia, assim como a ativa solidariedade ao povo e ao governo da Venezuela e repúdio à ingerência imperialista nos conflitos internos de outras nações.

19. O sindicalismo classista está sendo desafiado a responder a este contexto crítico no mundo e no Brasil. A CTB permanece na linha de frente da resistência e luta contra o golpe e a restauração neoliberal, atuando sempre em unidade com as demais centrais, os movimentos sociais e os partidos e forças democráticas e progressistas, principalmente através do Fórum das Centrais, da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo.

20. A unidade das centrais sindicais e do conjunto das forças progressistas é fundamental, sendo recomendável neste sentido a unificação das propostas para que a nação brasileira saia do impasse em que foi conduzida pelo golpe e retome o caminho do desenvolvimento com democracia, soberania e a valorização da classe trabalhadora. A mudança da política e o combate ao desemprego em massa reclamam urgência.

21. É preciso retornar às ruas contra a reforma da Previdência e denunciar o completo fracasso da política de austeridade fiscal imposta pelo governo, que deve terminar o ano com um rombo de pelo menos R\$ 159 bilhões de reais nas contas públicas, sem contar os extorsivos gastos com juros, e continua querendo que a classe trabalhadora pague a conta.

22. A CTB defende a valorização e o fortalecimento do Fórum das Centrais e orienta o conjunto de sua militância a se empenhar na construção de uma frente ampla com o povo e a definição de uma agenda comum de luta. A solução para a crise política brasileira requer o resgate da soberania popular, o afastamento do presidente ilegítimo e a antecipação das eleições presidenciais.

23. Não à contrarreforma! Basta de neoliberalismo! Fora Temer! Diretas Já!

São Paulo, 18 de agosto de 2017

PROPOSTA PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS NO SISTEMA DE CUSTEIO SINDICAL

O sistema de custeio do movimento sindical brasileiro sofre o maior ataque desde a vigência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de maio de 1943. Dessa época até hoje, o movimento sindical se estruturou de forma a bancar de forma independente suas múltiplas atividades.

Nos marcos do golpe que destituiu a presidenta Dilma, o Brasil passou a viver sob a égide de uma agenda ultraliberal que tem como um dos seus focos a redução do custo do trabalho, o desmonte da legislação trabalhista previdenciária e o arrocho sobre o custeio nas entidades sindicais.

A primeira medida relevante neste sentido foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, em março de 2017, de declarar inconstitucional a contribuição assistencial por acordo, convenção coletiva ou sentença normativa a trabalhadores não sindicalizados.

A segunda medida, com grande impacto nas finanças sindicais, foi a aprovação da lei 13.467, em julho de 2017, que altera centenas de artigos da CLT, um dos quais o fim da contribuição sindical obrigatória, também prevista no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal.

Além dessas mudanças no sistema de custeio, a reforma trabalhista diminuiu o poder de negociação sindical, transferindo parte desse poder para comissões de empresa, sem vínculo sindical, dificultando o trabalho dos sindicatos e sua relação com as bases;

Uma outra mudança, que afeta o sistema de relações do trabalho no Brasil e a atividade sindical, é a aprovação da lei nº13.429, em 31 de março deste ano, que permite a terceirização irrestrita no país, inclusive nas atividades-fim.

Esse conjunto de medidas ataca as entidades sindicais em duas frentes: na sua sustentação financeira e na realização de sua função obrigatória de representar a classe trabalhadora em todas as negociações. A fragilização dos sindicatos, é óbvio, atinge também a CTB.

A IMPORTÂNCIA DAS CENTRAIS SINDICAIS

Com a aprovação da lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, pela primeira vez na história houve o reconhecimento formal das centrais sindicais, com o papel de representação geral dos trabalhadores e das trabalhadoras no Brasil e com o direito de receber 10% da contribuição sindical.

A CTB sempre defendeu o artigo 8º da Constituição Federal, que entre outros incisos garante a contribuição sindical compulsória e a unicidade sindical. Defende também a distribuição da contribuição sindical (60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 10% para as centrais sindicais).

A partir do reconhecimento das centrais, o movimento sindical brasileiro conquistou, muitas vitórias, como a política de valorização do salário mínimo, a defesa de políticas de emprego e renda e a participação das centrais sindicais em espaços institucionais.

O reconhecimento formal e a constituição do Fórum das Centrais Sindicais permitiram a realização, em 1º de junho de 2010, da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que aprovou uma importante agenda em defesa da democracia, da soberania e do desenvolvimento com valorização do trabalho.

Com o golpe, todas estas conquistas estão ameaçadas. Além do desemprego e do arrocho salarial, as contrarreformas do governo ilegítimo buscam reduzir direitos, enfraquecer os sindicatos e acabar com a Justiça do Trabalho.

Em face disso, o 4º Congresso Nacional da CTB reafirma o apoio à luta para derrotar as contrarreformas e, paralelamente, aprovar um conjunto de medidas para fortalecer os sindi-

catos, federações, confederações e a nossa Central:

1. Apoiar as iniciativas do Fórum das Centrais Sindicais no sentido de que seja encaminhada e aprovada no Congresso Nacional uma Medida Provisória que crie alternativa de sustentação financeira para as entidades sindicais, inclusive as centrais, em contrapartida ao fim da contribuição sindical e assistencial;
2. Campanha ampla e massiva para ampliar o número de trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados e, neste processo, esforço redobrado para ampliar a organização nos locais de trabalho e para impedir a constituição comissões de representantes de empregados a serviço dos patrões;
3. Realizar política de esclarecimento nas bases, ganhar confiança e credibilidade das categorias para conquistar apoio voluntário e consciente dos trabalhadores e trabalhadoras para sustentar suas entidades de classe;
4. Aprovar nos acordos coletivos e nas convenções coletivas uma taxa negociada durante as campanhas salariais, destinando 10% desse valor para a CTB;
5. Planejar formas alternativas de aumento de receitas, com parcerias, convênios e outros serviços que se relacionam com as necessidades e interesses da classe trabalhadora;
6. Estudar a possibilidade de desenvolver a gestão de novos empreendimentos geradores de receitas para os sindicatos, em atividades compatíveis com a missão sindical, recorrendo a práticas profissionais para evitar perda de energia e tempo nessa tarefa;
7. Readequar as despesas e buscar um equilíbrio financeiro que não prejudique a atividade fim do sindicato que é a defesa do salário, do emprego e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.
8. Assegurar a regular contribuição dos sindicatos com a CTB, em 3% (três por cento) do valor arrecadado, a título de mensalidade;
9. Acabar com a inadimplência das entidades filiadas, adotando com a autorização do débito autorizado, mensalmente, a favor da Central;
10. Ampliar a filiação de novas entidades sindicais à CTB, contribuir para a regularização das contribuições para a Central, garantir o empenho das CTBs estaduais para aumentar as contribuições com débito autorizado, com a garantia de retorno de 50% desses valores ao Estado.

UM MANDATO EXITOSO

1. Apesar da complexa conjuntura, do avanço das forças conservadoras e do ataque a direitos consagrados, o balanço político e organizativo da CTB, no quadriênio compreendido entre os 3º e 4º Congressos (2013-2017) é positivo. Nossa central manteve sua trajetória de crescimento e consolidação, tanto quantitativa quanto qualitativamente. É a terceira maior do país, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e a segunda em representatividade nacional, organizada em todos os estados brasileiros;
2. No início de fevereiro deste ano a CTB contava com 1155 entidades filiadas, 753 com a situação regularizada no MTE. A CTB está organizada em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. E como consequência dessa organização, a CTB nos estados puderam sediar diversas reuniões da direção nacional, tal como as reuniões da Direção Executiva na Bahia e em Minas Gerais;
3. Também fruto dessa descentralização, foi a ampla atuação da CTB Nacional nas lutas nos estados, o que resultou em importantes vitórias para os classistas. Citamos aqui as conquistas nas eleições sindicais em Betim (MG), no Sindicato dos Metalúrgicos; no Rio de Janeiro (RJ), no Sindicato dos Comerciantes; em Belém (PA), no Sindicato dos Condutores; e mais de uma centena no campo e na cidade que consagraram importantes vitórias e que fortalecem de forma concreta a CTB em âmbito nacional;
4. Do ponto de vista estrutural, destacamos a aquisição da sede própria da CTB. Uma importante conquista de toda a nossa base e que confirma o compromisso de fazer da nossa Central uma entidade forte, classista e de luta. Também é importante destacar que nos estados essa estruturação se repete, a Bahia, Goiás e o Maranhão também conquistaram o sonho da sede própria;
5. A CTB também ampliou fortemente sua atuação nas lutas no Campo, bem como sua relação com as Federações representantes do setor e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esse avanço organizativo não só ampliou nossa presença em eventos como o Grito da Terra e a Marcha das Margaridas, como também nossa ação durante o avanço do governo Michel Temer contra as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
6. Ainda no âmbito dos estados, graças a iniciativas como o Projeto Coral, a CTB ampliou e reforçou sua presença em todas as regiões do Brasil. Também destacamos a criação do Passi (Posto Avançado de Ação Sindical, Social e Institucional), em Brasília, o que não só estruturou a CTB como também reforçou a atuação da Central nas lutas dentro do Congresso Nacional.
7. O fortalecimento institucional da CTB garantiu que a Central sempre estivesse presente nas principais reuniões e atos para debater políticas, direitos e os rumos do país. Vale lembrar o papel que a Central jogou na luta contra a Terceirização e a Reforma Trabalhista, momentos que exigiram resistência e mobilização, mas, também, análise e negociação. Cobrando da Central a responsabilidade de construir caminhos seja quando negociou com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, seja quando negociou com o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha e mesmo o Michel Temer;
8. A qualidade da intervenção política da CTB e sua influência na sociedade aumentaram significativamente graças à prática consequente e coerente do sindicalismo classista, estando presente e contribuindo, de forma consequente com proposições para o avanço do país. Cabe ressaltar a atuação internacional. Nossa Central promoveu em São Paulo, junto com sindicalistas de vários outros países, um Simpósio internacional e um Ato mundial anti-imperialista na comemoração dos 70 anos da Federação Sindical Mundial (FSM) em 3 de outubro de 2015;

9. O petroleiro Divanilton Pereira, secretário de Relações Internacionais, foi eleito secretário-geral adjunto da Federação Sindical Mundial (FSM) em seu 17º Congresso, realizado no ano passado. Em junho de 2016 os cetebistas protagonizaram uma vigorosa denúncia do golpe travestido de impeachment no Brasil durante reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A central também se destaca na organização do Encontro Sindical Nossa América (ESNA) e por sua participação no Brics Sindical;

10. Em relação à geopolítica, reforçamos a nossa relação com sindicalismo de diversos países, ampliando a nossa influência, articulação e relação com as UIS (União Internacional dos Sindicatos), do setor Metal-mecânico, Educação, dos Aposentados, Agricultura e Serviços. Além do nosso pertencimento latino e caribenho, estreitando relações com o sindicalismo cubano e uruguaio;

11. A CTB esteve na linha de frente de todas as mobilizações que sacudiram o país nos últimos 4 anos em defesa da democracia, da soberania nacional e das conquistas e direitos do povo brasileiro, zelando pela unidade do movimento sindical e dos movimentos sociais. A confirmação desse compromisso alcançou sua melhor expressão no protagonismo que a CTB apresentou na Greve Geral de 28 de Abril e na Marcha da Classe Trabalhadora de 24 de Maio, duas datas singulares e que confirmaram o compromisso da Central com as lutas em defesa de um novo rumo para o país;

12. A Central não vacilou em sair às ruas contra o golpe que feriu de morte nossa Constituição Federal e a Democracia. Participa ativamente do Fórum das Centrais e das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Como consequência dessa luta a bandeira da central classista tremulou em defesa dos direitos sociais, das conquistas e da Democracia e Soberania nacionais;

13. Ainda sobre a luta em defesa da Democracia, a CTB ao lado das demais centrais realizou em em 2014 amplo ato pela passagem dos 50 anos do golpe militar, no qual foram homenageados mais de 400 trabalhadores que lutaram contra a ditadura, inclusive alguns mortos nas mãos dos militares, representados por seus familiares;

14. O crescimento é o resultado da coerência e firmeza demonstrados na luta e nos posicionamentos políticos. Um tributo de reconhecimento da sociedade e das bases que é revelado também no robusto crescimento da audiência do Portal (ctb.org.br), um sinal muito promissor sobre o alcance da nossa propaganda classista em contraposição à mídia burguesa que massifica a ideologia neoliberal. Além do Portal, a nossa Central conta com outras ferramentas de comunicação: revistas Mulher de Classe, Rebele-se e a Visão Classista e o Jornal Olho Crítico, impresso mensalmente, com uma tiragem de 200 mil e distribuído gratuitamente nas estações do Metrô de São Paulo.

15. Também destacamos o avanço da Central como fonte para outros veículos de comunicação nacional e internacional e de diferentes matizes do campo da comunicação Tais como, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Valor Econômico, Portal Vermelho, Rede Brasil Atual, Brasil De Fato, Opera Mundi, El País, entre muitos outros;

16. A comunicação também foi estratégica nas lutas contra as reformas e na criação de campanhas, cartilhas e notas técnicas. Destacamos as cartilhas que denunciaram o desmonte da Previdência e as duas notas técnicas - a primeira que realizou ampla análise e denunciou o caráter perverso da Reforma Trabalhista; e a segunda, que refletiu sobre o papel da indústria no Brasil e os desafios da retomada do crescimento com geração de emprego;

17. Ainda dentro da área da comunicação, salientamos que essa expansão da audiência foi ajudada, sobremaneira, pela apropriação crescente das diferentes redes sociais disponíveis - cada uma delas, eficiente para um público específico. A CTB está presente e atuante hoje em 6 diferentes redes: Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, Flickr e SoundCloud. Um diferencial para esses espaços foi a adoção das transmissões ao vivo das ações da Central e o forte

investimento na produção de vídeos que, a partir de uma nova plástica e de forma lúdica, ampliou nossa audiência e inserção na luta em curso;

18. A análise de visitantes únicos mensais do Portal CTB revela um quadro ainda mais promissor quanto à performance desta ferramenta. Entre 2014 e 2016, este valor aumentou 1.520% (204.613 -> 3.313.887). A tendência de crescimento seguiu em 2017, apenas entre Janeiro e Agosto deste ano tivemos uma média de cerca de 200 mil acessos mensais;

19. Além disso, Em matéria de comunicação a CTB é a segunda entre as centrais, como mostra o quadro sobre o ranking global e nacional com a posição dos sítios das centrais na internet reproduzido a seguir (observe que a leitura das posições no ranking se faz de forma decrescente, ou seja, quanto menor a pontuação, melhor a colocação da entidade):

Central Sindical	Ranking Global	Ranking Nacional ¹
CUT	259.314	9.002
CTB	417.904	19.788
Intersindical Central	993.738	39.803
Força sindical	1.269.943	46.033
UGT	3.097.208	51.762
CSB	3.253.292	83.742
CSP-Conlutas	3.412.136	142.534
CGTB	4.837.740	Sem dados
NCST	8.877.778	Sem dados
Intersindical	22.213.658	Sem dados

¹ Fonte: <http://www.alexa.com/siteinfo>

Dados aferidos em dezembro de 2016

Evolução da "audiência"			
Portal CTB	Visitantes únicos	Total de visitas	Páginas
Total 2015	265.723	534.723	2.662.067
Total 2016	3.313.887	4.457.910	7.343.431

20. Este significativo avanço deve ser atribuído aos novos investimentos e à prioridade concedida pela direção da CTB à comunicação, associado à posição firme de denúncia e oposição ao golpe e defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora;

21. A guerra ideológica pela conquista da consciência dos trabalhadores e trabalhadoras é um dos maiores desafios do sindicalismo classista, senão o maior neste momento histórico crítico. Do outro lado da trincheira temos a mídia burguesa, que dispõe de poderosos instrumentos para criar e difundir uma falsa consciência nas massas populares, desviando-as da luta contra o neoliberalismo. Da conscientização das bases depende sua mobilização pelas centrais e os movimentos sociais, que hoje deixa muito a desejar.

22. E nessa luta a CTB deu mais um passo fundamental com a criação da Escola Nacional. Inaugurada no dia 12 de Julho deste ano, com a presença de mais de 150 lideranças sindicais, a Escola ministrou curso para quatro turmas, nas quais a Escola abordou temas como a História do Movimento Sindical, Reforma Trabalhista, Direito do Trabalho, Organização da Classe

Trabalhadora, Mercado de Trabalho no mundo Capitalista, Sustentabilidade do Movimento Sindical, entre outros;

23. Ainda no campo da formação e com o objetivo de localizar a luta da classe trabalhadora, a CTB também realizou diversos seminários jurídicos, os quais reuniu diversos juristas e magistrados para debater temas como Direito do Trabalho, Seguridade Social, Trabalho Decente, entre outros temas. Como desdobramento desses seminários, a CTB criou este ano o Grupo de Trabalho Jurídico (GT) com o objetivo de reforçar a luta jurídica em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, coordenando os trabalhos estava o assessor jurídico da Central, Magnus Farkatt.

24. O balanço positivo não deve ofuscar os problemas e fragilidades da nossa ação sindical, apontados já no 3º Congresso e que ainda não foram superados. Em certa medida são vícios e debilidades comuns ao conjunto do movimento sindical brasileiro, que vive uma crise de representatividade evidenciada pela baixa capacidade de mobilização;

25. Combater a burocratização e superar o divórcio entre direções e bases é indispensável para o fortalecimento da central e do sindicalismo classista no Brasil. As lideranças da CTB devem redobrar os esforços para criar comissões sindicais nos locais de trabalho e valorizar as demais formas de organização classista nas bases.

A LUTA PELO DESENVOLVIMENTO NO CAMPO

O sindicalismo rural merece uma atenção especial da CTB, que desde sua fundação em dezembro de 2007 tem se empenhado na luta pelo desenvolvimento do campo brasileiro, priorizando bandeiras fundamentais de um projeto alternativo ao dos grandes capitalistas e latifundiários. Destacam-se, neste sentido, a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e a defesa dos interesses dos assalariados rurais, em geral sujeitos a uma superexploração, inclusive ao trabalho análogo ao escravo.

A CTB tem em sua base federações e sindicatos ligados à Contag. A fundação da Contag em 22 de dezembro de 1963 provavelmente foi o marco mais importante do movimento sindical rural brasileiro. A partir daí foi possível a articulação, mobilização e unificação nacional das lutas e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para a fundação da Contag convergiram os principais movimentos sociais que atuavam no campo à época, que foi marcada por grande efervescência política. Com a redemocratização do país após a Segunda Guerra, em 1945, os camponeses brasileiros viveram um intenso processo de organização, lutas e mobilizações, incluindo assalariados, proprietários, parceiros, arrendatários, dentre outras populações do campo.

Em 1954 foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Naquele mesmo ano surgiu a primeira Liga Camponesa, no Engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão, Pernambuco. Em 1960 foi organizado o Movimento dos Agricultores Sem Terra, no Rio Grande do Sul (MASTER), entre outras articulações.

Após a regulamentação da sindicalização dos trabalhadores rurais, em 1962, foram criadas várias federações estaduais: as do Rio Grande do Norte e Sergipe no mesmo ano. Em 1963 foi a vez de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará.

Por mais de 50 anos, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) reuniu assalariados e pequenos produtores (hoje denominados de agricultores familiares) numa única estrutura sindical, em seus diferentes níveis (sindicatos, federações e confederação - Contag).

A base desta união sempre foi a luta comum contra a opressão e exploração dos grandes proprietários de terra, sejam eles capitalistas ou latifundiários. A unidade de representação favoreceu a luta pela reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, bem como a defesa dos direitos trabalhistas e melhores condições de vida para os assalariados rurais. Esta unidade compreende também o respeito à diversidade cultural, produtiva e regional do campo no Brasil.

UNIDADE

A unidade de representação, porém, passou a ser alvo de contestações na Justiça. A partir da década de 1990 o Poder Judiciário firmou entendimento segundo o qual a categoria trabalhadora rural é eclética e integrada por mais de uma categoria específica. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por seu turno, também exerceu forte pressão pela dissociação da representação de assalariados e agricultores familiares na medida em que passou a reconhecer entidades específicas, representativas dos assalariados, que surgiram à margem do MSTTR.

Depois de longos debates, o 11º Congresso nacional da Contag, realizado em 2013, reconhecendo as pressões externas e as ressonâncias internas no MSTTR, determinou a realização de um Conselho Deliberativo Extraordinário Ampliado da confederação. Ocorrido em março de 2014, o conselho deliberou a favor da dissociação, ou seja, pela criação de dois sistemas sindicais de representação autônomos. Disto resultou a estruturação da Contar

(Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais) e redimensionamento e renomeação da Contag, que, a partir de 2016 passou a denominar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

DEFESA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil possui mais de 4,3 milhões de unidades produtivas da agricultura familiar de até quatro módulos fiscais, sendo que apenas 2% utilizam mão de obra permanente.

A agricultura familiar responde por uma parte substancial do abastecimento interno de alimentos. Com 14 milhões de pessoas ocupadas, seu trabalho dinamiza a vida socioeconômica dos pequenos municípios brasileiros e é responsável, nos dias de hoje, pela maior oferta de emprego no campo, seja ela mão de obra familiar ou de assalariamento temporário.

Por tudo isso, representa uma das maiores possibilidades para o país, mas por tratar-se de um setor de alto risco é necessário o estabelecimento de políticas públicas como uma política agrícola que ofereça proteção e garantias, assistência técnica e extensão rural, oferta de serviços e equipamentos públicos, incentivos a projeto de geração de renda e fortalecimento de um sistema educacional que reconheça e valorize a função social da agricultura familiar.

Essas bandeiras estão contidas no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), o qual foi atualizado no 12º Congresso da Contag. É o projeto político que orienta as ações do MSTTR e que tem na defesa da agricultura familiar um de seus pilares. A CTB reconhece no PADRSS um dos eixos do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento defendido pela Central.

Este projeto não é o mesmo da produção comandada pelo grande capital, que está essencialmente voltada para a exportação de commodities. A agricultura familiar tem a ver com a segurança alimentar do país, que tem um valor estratégico para a nação. Cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos por agricultores e agricultoras familiares.

Apesar disto, o grosso do crédito agrícola é canalizado para os grandes capitalistas. O crédito destinado ao Pronaf para a safra 2017-2018, de R\$ 30 bilhões, foi equivalente a apenas 15,8% do que foi destinado ao agronegócio, de R\$ 190,25 bilhões.

Neste momento de ascensão de uma onda conservadora que atinge o país com a retomada do projeto neoliberal, a CTB chama a atenção para a questão da disputa com as entidades de representação sindical patronal pela representação da agricultura familiar, que tem se dado de duas formas:

A primeira é por meio de ações judiciais contra o MSTTR com o intuito de limitar a sua representação aos agricultores familiares que exploram uma área com tamanho no máximo de dois módulos rurais.

A segunda é através da disputa no Supremo Tribunal Federal em torno da constitucionalidade de artigos do novo Código Florestal (Lei 12.651/12) que beneficiam a agricultura familiar. Ao defender esses dispositivos, as entidades patronais têm conquistado apoio político e espaço entre os trabalhadores.

A agricultura familiar figura entre os principais beneficiários da regularização ambiental do Código Florestal. Essa nova lei trouxe instrumentos que não existiam na anterior como a diferença de tratamento entre a grande e a pequena propriedade agrícola e a distinção entre a área rural consolidada e a não consolidada que fez justiça a quem cumpriu a legislação da época.

Ajuizadas pela Procuradoria Geral da República (PGR) há quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) que atingem duramente a agricultura familiar. É o caso do Artigo 67 que diz que “nos imóveis rurais que detinham em 22 de julho de 2008 área de até quatro módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa

em percentuais inferiores ao previsto no artigo 12, a reserva legal será constituída com área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas a novas conversões para o uso alternativo do solo”.

CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

Durante os governos Lula e Dilma a classe trabalhadora conseguiu conquistar benefícios relevantes. O valor do crédito do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf) pulou de R\$ 4,6 bilhões no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso para R\$ 28,9 bilhões para a safra agrícola 2015-2016. Tivermos a implantação do programa Luz para Todos, que levou energia elétrica para 97% das casas no campo, enquanto que em 2001 apenas 78% tinham acesso à energia elétrica.

O crédito para assentamento aumentou substancialmente, alcançando quase R\$ 7 bilhões no início do primeiro governo Dilma. Antes do governo Lula, a disponibilidade de recursos para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural chegou no máximo a R\$ 60 milhões, ao passo que no governo Lula e Dilma saltou para R\$ 1 bilhão através da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O governo ilegítimo liderado por Michel Temer foi instalado para conduzir uma agenda francamente reacionária, que além de atropelar os direitos da classe trabalhadora com mudanças na legislação que precarizam ainda mais as relações entre capital e trabalho, inclui a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a leniência no combate ao trabalho escravo e a venda de terras brasileiras a estrangeiros, até mesmo nas fronteiras do país, ignorando alerta do comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, de que isto coloca em risco a soberania nacional.

A BATALHA PELO DIREITO À APOSENTADORIA

O direito à aposentadoria rural aos 60 anos para homens e 55 para mulheres, comprovando-se um período mínimo de trabalho no campo de 180 meses, é uma conquista histórica da classe trabalhadora brasileira. Foi o fruto de décadas de lutas sociais no campo e também nas cidades consagrado na Constituição Cidadã de 1988 que o governo ilegítimo presidido por Michel Temer pretende transformar em letra morta.

Originalmente, a contrarreforma da Previdência encaminhada em dezembro de 2016 pelo governo Temer ao Congresso Nacional fixava a idade mínima para aposentadoria em 65 anos para todas as categorias de trabalhadores, urbanos ou rurais, homens ou mulheres. Todavia, a proposta, que implica emenda constitucional e requer quórum qualificado para aprovação no Legislativo, despertou enorme indignação em amplas parcelas da sociedade brasileira, e em especial em quem trabalha e reside no campo.

A reação e a luta firme da CTB e do movimento sindical, com destaque para as greves dos dias 15 de março e 28 de abril, ecoaram no Parlamento, nas igrejas e no conjunto da sociedade civil. Percebendo que seria derrotado se a proposta não fosse alterada, o governo ensaiou um recuo, abrindo mão da idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e propondo a manutenção da aposentadoria aos 60 anos para os trabalhadores rurais e a elevação para 57 anos no caso das trabalhadoras, além de estabelecer tempo de contribuição mínima de 15 anos. Para assalariados urbanos a idade mínima foi mantida em 65 anos para homens e reduzida a 62 anos para mulheres.

A contrarreforma das aposentadorias que o governo quer aprovar é mais uma imposição do mercado financeiro e tem por objetivo mal disfarçado a privatização da Previdência Pública, num movimento que já está fortalecendo os fundos de previdência privados operados principalmente pelos grandes banqueiros nacionais e estrangeiros, cujos lucros cresceram

substancialmente desde a ascensão de Temer à Presidência.

A CTB orienta os trabalhadores e trabalhadoras a manter estado de permanente alerta e mobilização contra a privatização da Previdência e em defesa da aposentadoria pública. Nossas lutas já resultaram em vitórias parciais, mas é preciso ter consciência de que as classes dominantes não abriram mão da obra de destruição dos direitos sociais, de forma que é indispensável redobrar os esforços de esclarecimento e mobilização das bases para que a luta contra o retrocesso seja coroada de êxito.

A CTB também reitera o compromisso de difundir e levantar as bandeiras de lutas aprovadas no 12º CNTTR e no 1º Congresso da Contar, com destaque para a reforma agrária; a valorização da agricultura familiar; o retorno do MDA; o combate ao PL 4059/2012, que permite a compra de terras por estrangeiros; em defesa dos direitos trabalhistas e das aposentadorias; combate a outros projetos antipopulares como os do tucano Nilson Leitão (PL 6442/2016), que reintroduz a escravidão no campo.

BALANÇO DAS SECRETARIAS

I – SECRETARIA GERAL

A Secretaria Geral da CTB iniciou, a partir de 2013, um processo de reestruturação tanto de sua organização interna quanto de seu papel como agente indutor das ações da Central. Além da rotina administrativa interna, tem tido participação importante nas ações das demais secretarias, conselhos e representações em comissões e grupos de trabalho e seções estaduais do ponto de vista de organização interna. Auxiliou no âmbito das relações internacionais tanto no âmbito de representação, bem como em importantes atividades como o Simpósio da Federação Sindical Mundial e as celebrações de seu 70º Aniversário, ambos realizados em São Paulo, em outubro de 2015.

O 2º Conselho Nacional da CTB, segunda instância deliberativa da Central – também ocorrido em 2015 – reuniu 223 delegados e delegadas e deliberou sobre temas importantes da conjuntura nacional e internacional, bem como atualizou o plano de lutas para o período 2015/2017.

Com o advento da crise político-institucional que assola o país, a Secretaria Geral assumiu papel de destaque no planejamento, realização e coordenação – no conjunto das centrais sindicais – de atividades como a 9ª Marcha da Classe Trabalhadora, realizada em 24 de maio último. Tal cenário de crescente crise e instabilidade política exigiu permanente atuação política da Secretaria.

COLETIVO DA SECRETARIA GERAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS ESTADOS

Em 2014, foi organizado o coletivo da Secretaria Geral para acompanhamento das demandas dos estados, com o intuito de capilarizar as ações da Central e criar um canal de relacionamento mais efetivo entre a CTB Nacional e suas seções estaduais, reforçando-as em suas atividades, bem como auxiliar nos processos de filiação e formalização de filiação das entidades de base.

Considerado uma ferramenta importante, no qual a CTB faz grandes investimentos, este coletivo inicialmente auxiliou a implementar uma relação mais estreita entre as seções estaduais da CTB e desta com os sindicatos fortalecendo, municiando as direções existentes com a presença regular de dirigentes nacionais da Central na rotina das seções estaduais. O coletivo também realizou um esforço conjunto com a Secretaria Nacional de Finanças, com vistas a diminuir a inadimplência e a sonegação de mensalidades.

Pelo mesmo instrumento, foi possível verificar as debilidades existentes em algumas seções estaduais da Central. Certos problemas identificados foram superados como, por exemplo, a reorganização de algumas direções estaduais.

No entanto, a partir de 2015, houve um decréscimo de investimento nesta área, o que gerou dificuldades para o desenvolvimento do trabalho do coletivo.

CORAL

O Centro de Organização, Apoio e Logística às Entidades Sindicais foi lançado em outubro de 2013, durante a 14ª Reunião da Direção Executiva da CTB.

Dentre os procedimentos mais realizados pelo projeto constam verificação e publicação de editais de fundação e ratificação e fundação de entidades sindicais, análise de processos,

notas técnicas e despachos emanados pelo poder público. Durante este período, foi possível mensurar quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas seções estaduais da CTB, e suas entidades de base, o que levou a Central a realizar – em junho de 2016 – a 1ª Oficina de Registro Sindical em parceria com a Consultoria Zilmara Alencar, que contou com a presença da Direção Executiva da CTB e várias seções estaduais. A Secretaria Geral institucionalizou mecanismos internos e, por meio do projeto, oferece apoio financeiro e jurídico na verificação de editais e estatutos, pagamentos de publicações, reembolso de custas de cartório e certificado digital.

Da variedade de atendimentos realizados, registrando que alguns atendimentos são feitos até por telefone, a grande maioria trata-se de fundação ou ratificação de fundação, verificação de editais, estatutos e atas, pagamento de publicações, certificado digital e custas de cartório.

Também é instrumento do projeto o envio diário do Diário Oficial da União (DOU) às Seções Estaduais da CTB com todas as publicações relativas ao movimento sindical, separadas por estado, para municiá-los com informações relevantes sobre fundação de sindicatos, publicações de registro, dentre outros assuntos.

Consoante com diretriz do planejamento estratégico, foi elaborada uma cartilha para orientação e regularização de entidades sindicais de 1º grau, de modo a auxiliar as Seções Estaduais da CTB e suas entidades filiadas a dirimirem dúvidas acerca das formalidades materiais para fundação e/ou regularização de sindicatos. O projeto sofreu atualização devido ao advento da portaria 671/2015 e aguarda autorização para publicação.

Como a maioria esmagadora dos pedidos é fundação e ratificação de fundação ainda não é possível mensurar quantos destes pedidos se efetivaram, devido à extensa e morosa “fila” do Ministério do Trabalho. Sem embargo, é possível afirmar que o projeto trouxe maior dinamismo às seções estaduais da Central em relação às entidades de base e proximidade com a CTB Nacional.

IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONSELHOS, COMISSÕES, GRUPOS DE TRABALHO E DEMAIS REPRESENTAÇÕES DA CENTRAL

As representações da CTB, em suas mais variadas instâncias foram identificadas e estão sendo regularmente atualizadas e compartilhadas com a toda a Direção. No entanto, há ainda a carência de um mecanismo mais efetivo de ciência das discussões nos referidos conselhos para toda a Direção.

Conselho de Relações do Trabalho

A CTB, por meio de sua Secretaria Geral, participava ativamente do Conselho de Relações do Trabalho, instituído pela Portaria nº 2092/2010, órgão tripartite que tinha natureza orientadora nos temas relativos às relações do trabalho e à organização sindical. Após o golpe, verifica-se uma paralisia no Ministério do Trabalho, em 2016 foi instituído o Conselho Nacional do Trabalho – Decreto 8732/2016, que basicamente tem as mesmas atribuições e que – até o momento – realizou somente sua reunião de instalação. Pela mesma situação passa o Grupo de Trabalho de Avaliação de Representatividade das Centrais Sindicais, chamado GT de Aferição, cuja última efetiva mensuração se deu em 2016, com base em dados de 2015.

FERRAMENTAS DE GESTÃO SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DA CENTRAL

Como aprovado do PES 2013/2014 a Secretaria Geral da CTB, em conjunto com a Secretaria Nacional de Finanças, iniciou a construção de uma plataforma informatizada. O módulo de associados está concluído e contém os dados necessários para proporcionar segurança,

consistência e confiabilidade às informações. Foi disponibilizado para a Direção Executiva da Central acesso direto, pelo Portal da CTB, de todos os dados sobre associados bem como ao sistema de agenda. A integração da plataforma com a Secretaria de Finanças não foi finalizada.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

Acerca do Planejamento Estratégico Situacional, frisa-se que a conjuntura política adversa não propiciou a realização de sua avaliação de maneira formal e criteriosa, pela Direção Executiva da Central. No entanto, a Secretaria Geral considera, preliminarmente, que grande parte das ações planejadas foi concluída.

II – SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Projeto, Objetivos, Meta e missão da Secretaria de Relações Internacionais, elaboradas e aprovadas no Planejamento Estratégico Situacional (PES) da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

“META: Tornar a política das relações internacionais como estratégica no rol das prioritárias da CTB.

MISSÃO: Desenvolver o sindicalismo de classe anti-imperialista e construir a unidade de ação em nível internacional.

TÍTULO DO PROJETO: Por uma Secretaria Departamentalizada das Relações Internacionais da CTB

OBJETIVOS: Constituir uma Secretaria das Relações Internacionais da CTB Estruturada, Capacitada e com Ativa Atuação Política”.

Esse projeto foi desenvolvido trilhando dois leitões políticos: O primeiro pelas linhas de atuação da política mais geral, da administrativa e das temáticas, destas, destaca-se a comunicação, formação e a presença protagonista em articulações institucionais, como também em mandatos em organizações sindicais como a Federação Sindical Mundial (FSM) e o Encontro Sindical Nossa América.

O segundo deu-se, geograficamente, sobretudo em países e regiões que têm correspondências políticas identificadas com a transição geopolítica em curso, destacadamente o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

A política da CTB está ancorada na constituição e no funcionamento de um Coletivo Internacional¹ e na sinergia com várias secretarias, especialmente a de comunicação, formação, secretaria geral e o Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES).

Alcançamos a meta de tornar a política de relações internacionais como estratégica para a CTB.

Apesar dos avanços, ainda não reunimos as condições de departamentalizarmos a nossa Secretaria. As limitações orçamentárias e como conseqüente, as humanas, ainda obstaculizam esse projeto.

Como marco do incremento de sua abrangência, a CTB sediou em 2015 o exitoso simpósio mundial alusivo aos 70 anos da FSM. Uma conquista política que aglutinou em São Paulo 126 organizações sindicais oriundas de 44 países.

Participamos com a maior delegação classista brasileira de nossa história, 42 delegados e delegadas, no 17º congresso da FSM, África do Sul (2016). A nossa participação nesse congresso foi marcada, ainda, pela eleição do cetebista Divanilton Pereira para o secretariado executivo da FSM.

Foi criado o Boletim INTERNACIONAL da CTB que está em sua 18a edição. Editado em três idiomas, ele se constituiu num importante instrumento de divulgação, intercâmbio e solidariedade internacional da nossa central. O nosso banco de dados conta atualmente com 928 contatos de 132 países, sejam de representantes ou de entidade sindicais. Esse acervo tem permitido uma maior agilidade para a nossa política de solidariedade frente às lutas e aos eventos internacionais.

Criamos um núcleo² especial para qualificar a nossa intervenção nas Conferências Internacionais do Trabalho (OIT) e com ele cresceu a nossa presença como também o conteúdo.

Em relação à geopolítica, reforçamos o nosso pertencimento latino e caribenho, estreitando relações com o sindicalismo cubano e uruguaio.

Já quanto ao Encontro Sindical Nossa América (ESNA) – importante frente política regional que fomos decisivos para sua fundação – tivemos a diminuição de nossa participação. Passos foram tentados, mas fatores objetivos - inclusive alguns estão fora de nossa gestão – e subjetivos contribuem para sua dispersão atual. Integramos a cúpula social da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e participamos das agendas da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em nível mais global, integramos o BRICS sindical (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Na China, através da central sindical ACFTU (Federação Geral dos Sindicatos da China), e após visitas mútuas, buscamos agora viabilizarmos projetos de cooperação.

Na África, criamos as condições para um maior intercâmbio com o sindicalismo sul-africano através da COSATU (Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos). Na Europa fortalecemos os laços com a federação química (FNIC) e da alimentação (FNAF), ambas da França, além da CGTP-IN, de Portugal.

Apesar de termos uma equipe³ qualificada, mas o volume de nossas atividades impossibilitou que atendêssemos uma importante necessidade: a investigação. Para superar esse desafio, a CTB precisa constituir um instituto para estabelecer projetos de cooperação e investigação

A resultante de todo esse processo é que alcançamos exitosamente os objetivos planejados para o período. Elevamos a nossa capacidade elaborativa, cooperativa, articuladora e solidária, elementos que nos permitiram chegar a um nível de ativa atuação política, seja no Brasil, ou fora dele. A secretaria internacional acompanha os logros da política mais geral da Central.

Por fim, agradecemos de uma forma muito especial às nossas assessoras Laura Porcel e Jenny Dauvergne pelo compromisso e dedicação e ao coletivo internacional. Registramos também os indispensáveis reconhecimentos às demais secretarias, seja no suporte político ou no apoio financeiro-administrativo.

Aptos para um novo salto!

Mãos à obra!

Venceremos!

III – SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Em seu planejamento estratégico elaborado no início da gestão, a CTB estabeleceu um projeto de comunicação para o mandato intitulado “Um Toque de Classe na Comunicação”.

O referido projeto estruturou a comunicação sindical como um instrumento de luta estratégica dos trabalhadores na disputa ideológica com os demais meios de comunicação, principalmente a comunicação de massa financiada pelas corporações capitalistas, no sentido

de construir uma outra narrativa. Nesse sentido, a tarefa da comunicação sindical é dar voz aos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, no intuito de politizar as massas.

O intelectual orgânico, no sentido gramsciano, é entendido não apenas pelo trabalho que o sujeito desempenha, mas pelo papel que exerce na sociedade, ou seja, a função de liderar técnica e politicamente um grupo. Contudo, a disputa ideológica com a burguesa e seus intelectuais tradicionais da classe dominante não pode ser entendida como uma tarefa fácil, e requer das entidades sindicais aprimoramento nos instrumentos (meios) e agilidade na produção e circulação da informação.

Com base nesse pressuposto, foram pensadas algumas estratégias de enfrentamento ao monopólio midiático, traduzidas em objetivos para serem alcançados no decorrer da gestão, quais sejam: (1) agilizar a comunicação interna integrada ao sistema de direção; (2) difundir, disputar e divulgar as opiniões da CTB e das lideranças sindicais; (3) produzir uma comunicação sindical capaz de disputar a hegemonia de projeto social com o capital; (4) defender a democratização dos meios de comunicação como princípio; (5) estruturar a comunicação da CTB para atuar nas três frentes de atuação: impressos, radiodifusão e web; (6) constituir uma rede de comunicadores integrada à secretaria de imprensa e comunicação; e (7) firmar a identidade visual da CTB com souvenirs e peças publicitárias.

Na perspectiva de socializar e consolidar o projeto, a Secretaria de Comunicação realizou o 3º Encontro de comunicação da CTB, que aconteceu em 2014 na cidade Salvador e contou com a participação de 120 comunicadores, de 17 seções estaduais e 49 entidades sindicais, onde foi debatido e aprimorado o projeto. Do encontro surgiram propostas que enriqueceram o plano de ação da secretaria.

Passados quatro anos, o que podemos identificar desse projeto?

Os últimos quatro anos foram um período de intenso choque político e inovação tecnológica, que mudaram de forma profunda o panorama da comunicação pública. Apesar disso, é seguro afirmar que a essência do “Toque de Classe na Comunicação” foi preservada. Os números demonstram que a CTB expandiu em muito sua capacidade de conversar com a população, e o fez carregando seu viés classista.

Em função do acirramento da conjuntura política, esse viés foi aplicado em diversas peças publicitárias, que foram de cartazes para manifestações, bandeiras, faixas, banners, bonés e camisetas, a campanhas mais amplas, como a defesa da democracia, contra o golpe, denúncias das contrarreformas trabalhista e da previdência, e em defesa da indústria nacional.

Isso foi feito, a todos os momentos, carregando a identidade visual da Central, que passou por perceptível avanço técnico. A logomarca foi aperfeiçoada e modernizada para uma versão 3D, os veículos impressos ganharam design sofisticado, a presença digital foi expandida e diversas peças audiovisuais passaram a compor o cotidiano da Central.

No que tange à disputa ideológica nessas três frentes, a CTB se cacifou contra a narrativa blocada da mídia burguesa, e sua equipe ampliou a produção de conteúdo e aprimorou a utilização de ferramentas. Isso possibilitou aumentar os números de acessos no portal, de seguidores nas redes sociais e de leitores nos impressos.

Se por um lado a conjuntura adversa nos acossou, por outro nos desafiou a apresentar outra versão dos fatos. Uma vez que a mídia blocada não titubeou em construir um cenário catastrófico para pavimentar o golpe parlamentar e assim impor a agenda derrotada nas urnas em 2014, a missão da mídia alternativa e principalmente a da sindical foi de desmistificar esse cenário, chamando a atenção dos trabalhadores e da sociedade para o risco que essa agenda negativa traria ao Brasil.

A CTB foi bastante propositiva ao investir na qualificação da equipe de comunicação, introduzindo em seu cotidiano a interação virtual através de plataformas que permitem o con-

trole do Portal CTB e das redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, Flickr) via celular, e incorporando ferramentas de computação em nuvem ao fluxo de trabalho (como Google Drive e wetransfer). Através dessas ferramentas, ampliamos também o leque de interlocutores, colaboradores e reprodutores do nosso conteúdo.

Por conta disso, o público alcançado pela CTB também mudou. Os dados atuais demonstram que a maioria das pessoas que acessam nossos dados o fazem por essas plataformas, e que o maior percentual está na faixa etária dos 25 aos 45 anos.

Essa tendência foi acelerada pela mudança de estratégia multimidiática implementada a partir de 2016, com a produção e reprodução de vídeos através das redes. Isso não só ajudou a elevar a audiência da CTB, como consolidou a central enquanto parte da mídia alternativa. As transmissões de eventos e manifestações ao vivo, e as opiniões de lideranças sobre diferentes assuntos capturadas em vídeo, ajudaram a aproximar nossos dirigentes da classe jornalística.

No que tange a questão dos impressos, além das revistas já consolidadas “Visão Classista” e “Mulher de Classe”, foi criada a “Rebele-se”, que discute a questão racial pelo olhar da classe. As três, no entanto, são de circulação interna, e restringem-se ao âmbito dos movimentos sociais e sindical. Para disputar a opinião da sociedade, a CTB escolheu atuar através de um jornal de tiragem massiva que expressasse as opiniões da central. Foi assim que nasceu o “Olho Crítico”, um jornal que circula mensalmente, com distribuição gratuita, nas estações de metrô, trem e terminais de ônibus e algumas faculdades da cidade de São Paulo. A tiragem oscila entre 100 e 400 mil.

O conteúdo desse jornal, embora seja de interesse público em questões econômicas, políticas, sociais e culturais, possui um viés de classe, e busca despertar o interesse dos leitores por outra narrativa, ou seja, criar uma nova perspectiva para além do entendimento de sociedade do oligopólio midiático (rede Globo, Record, Bandeirantes, e etc).

O relatório completo Secretaria no período 2013-2017 demonstra a consequência prática desse realinhamento. Os números falam por si e evidenciam o salto quantitativo e qualitativo dado na comunicação, e sinaliza ainda mais vitórias, o momento é propício para empoderar a voz da classe trabalhadora.

Embora a CTB tenha avançado exponencialmente seu raio de atuação na comunicação, ainda é débil a produção do conteúdo em escala para radiodifusão, seja via Internet, rádios comunitárias ou AM e FM, assim como para TV, tanto pela falta de equipamentos quanto pela ausência da rede de comunicadores proposta no projeto inicial. Pautando como uma das principais tarefas da próxima gestão a criação da rede de comunicadores, para viabilizar e integrar a produção e a reprodução de conteúdo, através de parcerias com as entidades filiadas, dinamizando e amplificando a voz da CTB em todos os espaços de debate.

Com efeito, as tarefas em tempos difíceis se tornam mais complexas e interagir com todos os segmentos é tarefa diária, principalmente no quesito da reciprocidade, pois o sucesso da comunicação sindical é uma via de mão dupla. De um lado, a equipe produz e divulga o conteúdo, e do outro os leitores que não apenas leem, mas que também produzem e fundamentalmente reproduzem, multiplicam, socializam e compartilham. Ou seja, o trabalho tem de ser coletivo, comprometido.

Portanto, o compromisso da comunicação sindical é abrir portas, ampliar horizontes, criar novas perspectivas e estratégias de conscientização das massas, dar voz aos silenciados, desconstruir e construir opiniões. A CTB se lançou nesse desafio e com certeza vem alcançando êxito, colocando-se como instrumento de luta no combate ao monopólio midiático, disponibilizando à classe trabalhadora. Seja no local de trabalho ou na vida social, oferecemos leituras da realidade por outro ângulo, desmistificando o paradigma da versão única

com um olhar classista e independente.

IV – SECRETARIA DE FORMAÇÃO E CULTURA

“ É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.” Lenin

O editorial da fundação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, em 2007, afirma que “a CTB nasce marcada pelo estreitamento dos laços que unem os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e que a CTB surge num contexto histórico promissor para o povo brasileiro, em momento de transição política e mudança de rumos na América do Sul e no Brasil. Proclama o compromisso de trabalhar para elevar o nível de participação e o protagonismo político do sindicalismo e da classe trabalhadora na vida nacional, de modo a abrir caminho para um novo projeto de desenvolvimento, fundado na soberania e na valorização do trabalho e apontando para uma transformação ainda mais profunda: destruição do capitalismo e construção de um novo sistema social, o socialismo do século XXI.

O caminho nessa direção não será na fácil. Terá de ser pavimentado por muita luta e exige bem mais do que palavras e boas intenções. Pressupõe a unidade na base e na cúpula do movimento, a inserção de desempregados e informais nas batalhas sindicais e políticas, a prevalência de concepções classistas e democráticas, o respeito à pluralidade ideológica, o zelo pela efetiva autonomia das entidades sindicais frente a governos, patrões e partidos políticos. Esses são os desafios da CTB e do conjunto do sindicalismo nacional.” (Dez/2007)

Depois de dez anos, vivemos numa conjuntura política, econômica e institucional imprevisíveis, inversa a 2007. Um governo golpista que tenta implementar, a qualquer custo, o seu projeto “Ponte para o Futuro”: desmonte do estado democrático, dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, ofensiva à soberania nacional, entrega das empresas nacionais... A CTB já afirmava naquele ano que a luta não seria fácil. Só haveria vitória com muita luta, unidade e protagonismo da classe trabalhadora.

2017. Dez anos de vida da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Uma Central Sindical que tem entre os seus princípios incentivar a prática de um sindicalismo classista, democrático, autônomo, plural e de massas; defender intransigentemente um sindicalismo de luta e unitário e que esteja aberto às forças progressistas do sindicalismo brasileiro e internacional; comprometer com os interesses imediatos e futuros da classe trabalhadora e com a elevação da consciência político-ideológica; enfrentar as batalhas políticas, no rumo da construção de um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, democracia, distribuição de renda e soberania nacional.

Na compreensão de que a luta de ideias assume um lugar de destaque no enfrentamento dessa crise, a formação político-sindical torna-se prioridade. A CTB reafirma no 3º Congresso um dos seus princípios: “Contribuir para a elevação do nível de consciência social, cultural e de formação político-ideológica dos trabalhadores e trabalhadoras. A CTB concederá especial atenção à educação e formação da classe trabalhadora, indispensável à elevação da consciência social e consolidação de uma identidade classista, essencial à luta por uma sociedade sem explorados e/ou exploradores.”

A formação da consciência classista dos trabalhadores e trabalhadoras qualificará a atuação sindical no sentido de organizar a classe trabalhadora e lutar para transformar essa sociedade capitalista na sociedade socialista.

O movimento sindical deve responder à necessidade de elevar o nível da luta do povo brasileiro por mudanças cuja perspectiva depende essencialmente de um crescente protagonismo dos movimentos sociais e, só avançará no rumo da nossa estratégia – unidade da classe trabalhadora – se atuarmos em várias frentes:

1. Luta na dimensão econômica - melhores condições de vida e trabalho;
2. Luta política – defesa de um projeto nacional, soberano, democrático e com valorização do trabalho;
3. Luta ideológica/teórica - fortalecer a consciência classista da classe trabalhadora – pertencimento de classe – classe para si.

Reafirmamos que a consciência de classe é fundamental para a concepção classista e do crescimento da CTB. Esse não é um caminho fácil. Muitas lutas, muita vontade política, muita consciência de classe e muitas ações são necessárias, imprescindíveis. “As mudanças não virão por si só” Maiakovski. Entendemos que nessa conjuntura incerta, complexa e perigosa, a formação tem um papel muito importante e para cumprir os princípios aprovados desde a fundação, a CTB firma, em 2008, convênio com o Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES), para levar a formação político-sindical- ideológico aos dirigentes da CTB em todo o Brasil. A gestão (2013/2017) renovou o convênio com o CES e, realizamos os cursos previstos e o Planejamento Estratégico Situacional-PES em algumas CTBs estaduais.

Com a finalidade de descentralizar as atividades de formação, reforçamos o funcionamento do Coletivo de Formação, realizando reuniões semestrais com os/as formadores/as e secretários/as de formação dos estados.

No último Planejamento Estratégico Situacional (Pes-CTB Nacional) foram aprovadas deliberações que deverão ser implementadas, fortalecidas:

Papel: Tendo como base a unidade, a democracia, a independência de classe, o internacionalismo proletário, a ética e a transparência na política, o combate a qualquer tipo de discriminação, o incentivo à participação dos jovens, a emancipação das mulheres, dos negros e, de outros segmentos oprimidos, a formação da classe trabalhadora, a CTB (central classista, unitária, democrática, plural, de luta e de massas) tem como papel fundamental contribuir na luta pela construção do Socialismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Entre os princípios aprovados, dois especialmente se referem à atividade de formação político-sindical da classe trabalhadora:

1. Elevar o nível de consciência política, de solidariedade e o protagonismo político da classe trabalhadora;
2. Estimular o processo de formação continuada dos sindicalistas e dos trabalhadores e das trabalhadoras em geral, em especial, a formação de novos quadros;

Atividades realizadas na gestão(2013/2017):

1. Criação do Centro de Memória - Consciência de Classe;
2. Inauguração da Escola Nacional de Formação (decisão do 3º congresso da CTB);
3. Concurso de vídeos: Olhar do Trabalhador e da Trabalhadora sobre o mundo do trabalho;
4. Encontro Nacional - visão classista sobre a diversidade social (Secretarias da Mulher Trabalhadora - Formação - Igualdade Racial - Juventude e Políticas Públicas);
5. Encontro do curso de formação do ESNA (parceria com o CES);
6. Seminário Jurídico, Previdenciário e Saúde do Trabalhador/a e terceirização com apoio da Secretaria de Aposentados e Previdência e Segurança e Saúde;
7. Seminário de formação sobre igualdade racial;
8. Segundo e Terceiro Encontro de secretários/as de formação das CTBs estaduais e formadores/as;

9. Seminário “Direito Sindical e do Trabalho sob um olhar classista”;

10. NÚMERO DE CURSOS E PES REALIZADOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO CES-CTB (Convênio 2008/2017)

11. NÚMERO DE CURSOS E PES REALIZADOS NOS ESTADOS (desde o início do Convênio)
A próxima gestão deverá aprofundar a ação político-sindical-ideológica dos dirigentes sindicais para que os princípios da Central sejam implementados. Para que isso aconteça, os dirigentes deverão ser municiados do ferramental teórico da formação.

Diretrizes para a próxima Gestão 2017/2021)

1. Fortalecer a Escola Nacional de Formação e o Centro de Memória – Consciência Viva;
2. Constituir uma rede nacional de formação que envolva todos os agentes da formação (secretários/as nacional, estaduais, formadores/as, CES/ Escola Nacional de Formação da CTB e outros convênios);
3. Criar vídeos com os princípios e objetivos da CTB e sobre a realidade brasileira;
4. Reafirmar convênio com o Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho, atualizando os temas dos cursos e seminários;
5. Realizar Seminário de secretários/as de formação e cultura das CTBs estaduais e formadores/ formadoras (um por semestre)
6. Realizar e fortalecer atividade cultural em todos os Estados;
7. Incluir atividades culturais nos cursos de formação político-sindical
8. Fazer convênio com as Universidades Públicas para pesquisa sobre a cultura brasileira e perfil da classe trabalhadora na atualidade;
9. Garantir jovens e mulheres nos cursos de formação político-sindical: orientar as CTBs estaduais que garantam, no mínimo, 30% de jovens e mulheres;
10. Programar cursos específicos para os assessores (em especial) com a participação dos funcionários/as da CTB Nacional;
11. Atualizar a estrutura curricular com ênfase na formação ideológica e política;
12. Estimular as CTBs estaduais a realizar atividades culturais;
13. Promover a interatividade entre as secretarias, iniciando com as secretarias de Juventude, Mulheres, Agrícola e Agrária e de Igualdade Racial;
14. Descentralizar as atividades da Escola Nacional de Formação da CTB com a perspectiva de construção de seções nas CTBs estaduais.

“Se muito vale o já feito, mais vale o que será. E o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir.”

Milton Nascimento e Wagner Tiso

V – SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Desde 2013 até os dias atuais, os movimentos sociais brasileiros tiveram uma atuação de destaque no cenário político do país. A Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), teve uma preocupação de entender o significado dos novos movimentos sociais e também de participar ativamente nessa seara política e social.

Após a eleição do governo de Luís Inácio Lula da Silva para presidente de país em 2002, foi constituída a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Entidade que abrangia diversas entidades populares: trabalhadores, estudantes, mulheres, negros, comunitários, dentre os mais

expressivos. Teve atuação importante durante toda a década dos anos 2000. Serviu para impulsionar o governo Lula a implementar um projeto popular de governo e atender as demandas

ANO	Curso de Formação Básica	Curso de Gestão Sindical	Curso de Formação de Formadores nos Estados	Cursos Internacionais, Nacionais e Seminários	PES Planejamento Estratégico Situacional	TOTAL
2008 ¹	01	-	-	-	-	01
2009	15	-	-	03	-	18
2010	09	-	-	03	06	18
2011	16	-	-	03	09	28
2012	07	-	-	05	06	18
2013	08	03	-	03	06	20
2014	09	04	-	02	06	21
2015	07	03	04	03	03	20
2016	05	03	01	04	02	15
2017 ²	03	01	02	03	-	09
TOTAL	80	14	07	29	38	168

das respectivas entidades populares. A CTB participou ativamente da construção da CMS assim

PB - 12	RJ - 11	RS - 10	PA - 10	SP - 9	TO - 8	PR - 6	SE - 6	MA - 6
BA - 5	DF - 5	GO - 4	MG - 4	AP - 4	CE - 4	PE - 4	PI - 4	RR - 4
AL - 3	ES - 3	AC - 3	RO - 3	RN - 3	SC - 2	AM - 2	MT - 2	MS - 1

como atuou no sentido de impulsionar as mudanças necessárias para beneficiar o povo.

A partir dos anos 2010, no entanto, a CMS esvaziou. Suas entidades influenciaram na atuação de pressionar o governo na implantação das pautas populares. Essa retração colocou em plano secundário a mobilização e a cobrança constantes e ininterruptas.

Em meados de 2013, porém, inicia-se um novo processo de lutas sociais na sociedade brasileira. Em junho de 2013 populares lotaram as ruas. Entidades poucas conhecidas e sem histórico de atuação em frentes, tais como Movimento Passe Livre (MPL), convocaram essas manifestações e dirigiram, por um razoável período, as massas que acudiam às ruas. No decorrer dessas manifestações a pauta desse movimento logo se ampliou. Abarcou temas como o fim da corrupção, contra os gastos excessivos das obras dos estádios para a Copa do Mundo, e críticas ao governo Dilma.

Os movimentos sociais, antes organizados na CMS, ficaram dispersos. A CTB também foi vítima dessa onda conservadora. Algumas iniciativas foram tomadas, tais como participar

das manifestações desse período. Mas a semente do ódio contra as organizações populares já havia se espalhado rapidamente entre o povo que corria às ruas. As iniciativas da antiga CMS foram frustradas naquele período.

O auge desse movimento social de cunho conservador foi o ano de 2015. Foi o período de criação de entidades como Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua, entidades de caráter neofascistas.

No decorrer dos anos 2013, 2014 e 2015 organizações populares dos movimentos sociais sofreram revezes nas ruas. Era nítida a maioria conservadora a protestar contra o governo Dilma. A presidenta não teve sossego nesse mesmo período. Foi sofrível sua reeleição. O seu segundo mandato foi alvo do mais profundo e intenso ataque da direita.

Em fins de 2014 e início de 2015 se rearticula os movimentos sociais progressistas. A pauta era a denúncia do caráter golpista dos conservadores, na defesa da democracia através do respeito ao resultado eleitoral presidencial de 2014, assim como firme combate na defesa dos direitos sociais e trabalhistas proporcionados pelos governos Lula e Dilma. A CTB teve participação ativa nessa rearticulação dos movimentos sociais e na defesa e mobilização dos trabalhadores nos atos massivos que realizamos nesse período.

O ano de 2015 foi palco do maior embate de massas, na história do Brasil, entre as forças conservadoras e os movimentos sociais progressistas. Foi o ano da criação das frentes: Frente Brasil Popular (FBP) e Frente Povo Sem Medo (FPSM). Organizadas e consolidadas, as FBP e FPSM fomentaram as maiores e mais amplas mobilizações populares em 2015 até os dias atuais. A CTB foi força articuladora e mobilizadora desse importante momento de lutas sociais no Brasil, e participa ativamente das duas frentes populares de luta do povo brasileiro.

O golpe de Estado jurídico, parlamentar e midiático contra a presidenta Dilma foi consolidado no ano de 2016. As lutas dos movimentos sociais agora é a defesa da democracia, a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas – ameaçados pelo Congresso Nacional que representa interesses dos setores dominantes, das elites e do grande empresariado agrário, industrial, de serviços e financeiro do país -, a saída imediata do governo ilegítimo de Temer e convocação de eleições presidenciais, dentre outras.

Resistência é nossa palavra de ordem. Lutar para colocarmos um governante eleito democraticamente pelo povo. Ampliar as forças sociais e políticas para uma pauta progressista, inclusive com setores empresariais descontentes com a atual política do governo. Desmascarar a politização da ação de alguns membros do Ministério Público Federal (MPL) e da Polícia Federal que realizam ações policiais seletivas, com objetivos de criminalizar partidos políticos, e a política como um todo.

Essas são apenas algumas propostas de uma pauta ampla, democrática e de interesse do povo e dos trabalhadores que agora assumem as FBP e FPSM. Destaque para o Plano de Emergência para o Brasil (PEB), formulado pela Frente Brasil Popular (FBP). Um documento que propõe medidas de emergência para tirar o Brasil da imensa crise que nos assola recentemente.

Estamos num período de ofensiva da direita e dos conservadores. Temos que lutar com a maior amplitude e não deixarmos mais, sob nenhum pretexto, as ruas, as praças e os locais de trabalho. Lutemos pela democracia, junto com bandeiras políticas atuais como Fora Temer, Diretas Já. E no plano das centrais sindicais a luta contra as Reformas da Previdência e Trabalhista.

VI – SECRETARIA DA JUVENTUDE TRABALHADORA

O modelo brasileiro de desenvolvimento da última década (2003-2014). Um conjunto de

programas econômicos e sociais, como a elevação do salário mínimo, ampliação das aposentadorias, transferências de renda para as famílias mais pobres, expansão da educação e dos serviços de saúde, amplos investimentos em infraestruturas e outros programas ampliaram a demanda para as empresas, o que por sua vez, gerou mais de 10 milhões de empregos formais, ampliando ainda mais a demanda – levando ao chamado “círculo virtuoso” de crescimento: dinamizou-se a economia, ao mesmo tempo que se respondia às necessidades reais da população, priorizando quem mais precisa. E como uma economia mais dinâmica gera mais recursos públicos.

Consequência disto foi geração de emprego e da renda per capita e, conseqüentemente, da massa salarial que assim fomentou o chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo resultou na ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda.

Infelizmente este momento de bons ventos durou pouco e veio o golpe jurídico midiático que tem como único alvo a retirada dos direitos trabalhistas, direitos sociais e a tão almejado direito a uma aposentadoria digna a todo trabalhador, uma reforma trabalhista baseada na reforma trabalhista da Espanha feita a 5 anos atrás, que na Espanha aumentou a rotatividade, grande rebaixamento de salários, com aumento da desigualdade social onde os ricos ficam cada dia mais ricos.

O golpe não fica só nos ataques aos direitos trabalhistas e sociais, cada dia mais aumenta a repressão aos movimentos sociais, com prisões arbitrárias além de um aparato policial gigantesco repressor e violento.

Hoje os Jovens são as maiores vítimas do golpe, sendo que jovens entre 15 e 35 anos representa cerca 2/3 da População Economicamente Ativa, estamos vivendo uma escalada do desemprego entre trabalhadores em geral chega a 13,7% em Março 2017 em todo o Brasil. Se olharmos os indicadores relacionados aos jovens são ainda mais preocupantes, somos cerca de 50 milhões de brasileiros(as) entre 16 e 29 anos.

Segundo o Pnad do IBGE a taxa de desemprego da juventude entre 14 e 17 anos de idade é de 39,7% no quarto trimestre de 2016, Já na faixa etária de 18 a 24 anos a taxa de desemprego é de 25,9% também no quarto trimestre de 2016.

A juventude vive momentos terríveis no Brasil golpista, desemprego, precarização do trabalho, práticas antissindiais, novas doenças trabalhistas derivadas das novas tecnologias e não reconhecidas, machismo, racismo, homofobia, violência contra a juventude negra e da periferia, baixos salários, baixa qualificação profissional, dificuldades na sucessão rural, inúmeros são as dificuldades no ingresso da nova geração no mundo do trabalho. As mortes violentas na juventude são 70% maiores que na população em geral. A violência é também pela ação da imprensa burguesa, seja pelo machismo, o racismo ou a homofobia.

No campo, o Brasil tem perdido a batalha da sucessão rural. A ausência de investimentos públicos, o fechamento de escolas e a ausência de oportunidades educacionais e culturais/esportivas, a falta de uma política séria de reforma agrária, crédito fundiário e assistência técnica, além da ameaça de nunca conseguir se aposentar com esta reforma da previdência, levam a uma incessante saída da juventude rumo às cidades, ao envelhecimento e à masculinização do campo, com conseqüências graves para a produção de alimentos e para a continuidade da agricultura familiar.

É uma geração com outro horizonte para as jovens mulheres, beneficiárias dos avanços da luta feminista e da ampliação de direitos, com maior escolaridade, na década de (2003 -2014) que divide os postos de trabalho. Mas ainda é marcada pela violência e o machismo, a desigualdade de direitos e pela ausência dupla de referência: não estão ligadas ao movimento

feminista nem ao movimento sindical, em que persiste uma dinâmica pouco inclusiva, sem abrir-se a alternativas ao grave problema da dupla e tripla jornada. Como o movimento sindical classista e feminista dialoga e atrai as jovens mulheres?

Nunca houve, nem haverá tantos(as) jovens no futuro. A tendência é de envelhecimento da população. A juventude deve estar no centro de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Diante dos dados acima, que futuro nos aguarda? com a juventude na maior parte da vida marcada pelo desemprego, a precarização, os baixos salários, a informalidade e a ausência de cobertura previdenciária?

É a geração pós-queda do muro de Berlim, que domina as novas tecnologias acessa uma quantidade de informação nunca vista, mas foi criada sob bombardeio ideológico neoliberal, em sua pregação contra a esquerda, o socialismo, a política, o coletivo, os partidos e os sindicatos. É fortemente disputada pela imprensa golpista, pelas religiões fundamentalistas conservadoras, por movimentos pós-modernos e muitas vezes o financiamento e ideologias daninhas, como o eco imperialismo e a negação do Brasil no complexo de vira lata. São fortes barreiras à consciência de classe e podem levar a derrotas dos trabalhadores(as) e o sindicalismo classista.

Apesar das dificuldades, o país evoluiu muito nos últimos 10 anos em relação ao neoliberalismo. Há presença importante de jovens nas categorias, a exemplo dos comerciários, bancários, na educação e saúde, na indústria, nos transportes e no serviço público em geral. Ampliou-se a educação para os mais pobres e excluídos e a educação pública, com impactos nos setores de ponta.

Alheios as lutas populares e as manifestações que tomaram conta das ruas em todo o país, foi aprovado a PEC 55, que ficou conhecida como a PEC da morte por congelar, POR 20 ANOS, os investimentos nas áreas da educação e da saúde.

Dessa forma, do governo golpista de Michel Temer (PMDB) acaba com o acesso universal as áreas que são essenciais à população. As medidas afetarão a vida da população mais pobre e manterão os privilégios dos mais ricos, sendo a juventude a maior vítima desta PEC seja nos ataques a educação seja na saúde.

Nesse contexto, como o movimento sindical classista dialoga com essa parcela da classe trabalhadora? Como incorpora suas bandeiras e métodos de comunicação e luta? Como atrai para suas fileiras as lideranças que podem se dirigir a essa massa de trabalhadores(as). Como incorporamos às direções, à imprensa, às políticas esportivas e culturais a juventude trabalhadora? Qual o papel dessa geração para CTB disputar a hegemonia entre os trabalhadores (as) na luta pelo socialismo?

Por tudo isso é inadiável dar um passo adiante no funcionamento orgânico, com apoio da CTB para a Secretaria, um coletivo nacional mais orgânico e dedicado à ação sindical e de juventude, com lideranças que possam dirigir o trabalho juvenil nos Estados. É o fator decisivo para pautar a incorporação da juventude aos ramos, e ampliar a representação da CTB nos temas juvenis ante da sociedade.

Para colher os frutos plantados desde o 1º Congresso, há que assegurar lugar para a juventude em nosso movimento, integrar suas demandas na luta dos trabalhadores (as), a exemplo da Contag. Nesse rumo, é precisamos de duas esferas de articulação que permitam diálogo permanente:

Criar um mecanismo de inclusão da juventude em todas as instâncias da CTB nacional e suas seções estaduais, com a criação de uma COTA DE JUVENTUDE DE 30%. A juventude tem que somar e unir a forças nos espaços do movimento sindical.

O movimento sindical necessita urgente de oxigenação em as esferas de organização sindical, a juventude tem que assumir seu verdadeiro espaço no movimento sindical voltado para a juventude, Temos que ter um movimento sindical com cara da sua base, com espírito de luta e contestação para isto é muito importante a criação de uma TAXA DE RENOVAÇÃO

permanente em todas as direções sindicais com um percentual mínimo de 30%.

Com a criação da Escola nacional da CTB, elaborado cursos de formação específica para juventude trabalhadora, uma formação específica para as jovens lideranças sindicais preparando este jovem para a luta classista no cotidiano contra o capital, com 3 módulos 1º Regional, 2º Estadual, 3º Nacional, o curso tem que ser irreverente e descontraído sem ser monótono.

Será grande passo importante para que a CTB possa se mostrar, combativa, democrática, de luta, abrindo os braços aos jovens trabalhadores e trabalhadoras que anseiam por uma alternativa que só a CTB pode oferecer, em permanente diálogo com a juventude estudantil e os movimentos sociais, preparando um salto para o futuro.

Neste 4º congresso da CTB, necessitamos de um avanço no movimento sindical com aproximação da CTB da juventude de massa com aproximação de movimentos sociais criando um coletivo nacional e estaduais orgânicos e Institucionalizado, que funcione sobre a coordenação do Secretário nacional de juventude da CTB, tendo este coletivo 4 tarefas definidas de atuação; Movimentos Sociais; Finanças; Comunicação e Formação, tendo a JUVENTUDE DA CTB ficha de adesão próprio onde todos os trabalhadores possam aderir, lutar por seus direitos e militar na construção de sociedade classista, sem a exploração do homem pelo homem.

VII – SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A CTB rumo aos seus 10 anos de luta por mais democracia, soberania e unidade da classe trabalhadora, por um sindicalismo classista, unitário e plural, para a conquista de dias melhores nesse ambiente de golpe de estado, contra a democracia e o povo.

Em meio a esta conjuntura, que nos fortalecemos e buscamos, a satisfação, compreensão e o respeito por aquilo que nos moveu e nos edificou: a unidade dos movimentos sociais, e da classe trabalhadora, com suas bandeiras, necessidades cotidianas e estratégicas.

Nascemos com o objetivo de nos colocarmos à disposição da unidade na luta pela valorização do trabalhador, pela redução de jornada sem redução de salários, contra a flexibilização dos direitos trabalhistas, e contra a reforma da Previdência. Também faz parte de nossa bandeira a luta contra o Racismo e o Sexismo, a Discriminação, a Intolerância e a Xenofobia.

A CTB traz nos seus princípios a necessidade de fazer a luta de classe, entendendo e desnuando todas as suas nuances. Por isso sua Secretaria de Igualdade Racial é parte de sua fundação, por entendermos que a luta contra o racismo é parte de uma estratégia no sindicalismo classista, que passa pela Igualdade de condição e de oportunidade, com vistas à emancipação da classe trabalhadora.

A Secretaria de Igualdade Racial, por meio da direção da CTB, está sempre em diálogo com os vários segmentos dos movimentos sociais e políticos, que juntos tem se posicionado de maneira frontal contra toda forma de discriminação e racismo, o que ultimamente tem se tornado bastante frequente, e comum em toda parte do mundo. O racismo é uma chaga histórica, econômica e social em nosso país, e é um instrumento da classe dominante ceifando vidas e sonhos no local de trabalho, local de moradia, na escola, nos espaços institucionais, de cultura e lazer... enfim, o nosso objetivo é desvendar o mito da "Democracia Racial", e consolidar nossa identidade, nossa cultura de resistência, nossa Quilombagem.

NEGROS E NEGRAS POR MAIS DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITO A VIDA

É com a bandeira em punho que a CTB sai na defesa da democracia, soberania, do respeito, e da liberdade de expressão das Tradições de Matrizes Africanas, é pela vida, e pela igualdade, que

demos materialidade aos nossos projetos de unidade e de ação política, atuando junto aos movimentos sociais e frentes, nos atos, passeatas Marcha da Consciência Negra, e a singular Marcha Nacional das Mulheres Negras Contra a Violência e Pelo Bem Viver (2015), e ainda a Convergência que se mantém na mobilização contra o desmantelamento do país. A reforma tem signo de retrocesso, nos conduz as reivindicações do início do século. As bandeiras do movimento social negro passam, Pela Democracia e a Vida. Porque a Vida de nossa Juventude Negra Importa.

CONQUISTAS

Os projetos políticos de inclusão que os movimentos sociais construíram durante décadas, teve materialidade a partir do resultado eleitoral de 2002, com a vitória nas urnas de Lula e do campo democrático.

É em um governo de coalizão democrático e popular que estabelece a Secretaria especial de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), a Lei 10.639/03, e 11.645/08, que inclui, ressalta e valoriza a História e a Cultura Afro-brasileira, africana e Indígena na formação de País.

Também obtivemos a vitória do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/de 2010, a Lei de Cotas, 12.711/12, que é um marco na de classe em nosso país. O direito a educação, é condição essencial de reparar e preparar o Brasil para um novo momento, não há desenvolvimento sem inclusão, conhecimento e investimento em pesquisa, ciência e tecnologia.

DESAFIOS

Barrar a onda neoliberal que incide em nosso país, através de um governo ilegítimo e golpista, que busca flexibilizar direitos trabalhista, e retorna com uma agenda privatista. Garantir as conquistas alcançadas nos últimos 14 anos de avanços sociais, e políticos do povo.

Fortalecer a luta contra o retrocesso político e cultural de igualdade de oportunidade, de condição e acesso para as mulheres, jovens e negros, no mercado de trabalho, e na vida social.

BANDEIRAS DE LUTA

1. Pela Implementação das Convenções 100 e 111 da OIT;
2. Contra a Reforma da Previdência, da CLT e a Terceirização;
3. Nenhum Direito a Menos;
4. Pelo fim do Genocídio da Juventude Negra;

VIII – SECRETARIA DE POLÍTICAS AGRÍCOLA E AGRÁRIA

Os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais através das suas organizações no campo, Contag, Fetag's e os STRs, sempre lutaram pela justiça e a democracia no Brasil. Foram para as ruas contra a ditadura militar, em defesa da anistia, na mobilização pelas eleições diretas e na convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Realizaram diversas mobilizações em defesa dos direitos da categoria e conquistaram políticas que melhoraram a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras no campo. Ainda são sérios os problemas do modelo agrário ainda vigente no país.

A CTB junto a Contag, através das suas Federações e sindicatos atuou de forma decisiva, principalmente no segundo turno das eleições em 2014, para garantir a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, sem comprometer a sua independência, autonomia e capacidade de crítica e de mobilização durante este governo. Lutando para garantir e ampliar as conquistas de políticas como o Pronaf, PAA e PNAE, Seguro Agrícola, Habitação Rural, Crédito Fundiário e outras que fortalecem e valorizam nossa agricultura familiar, hoje exemplo para todo o mundo. Melhorou a qualidade

de vida e de produção dos agricultores e agricultoras familiares. Consequentemente aumentou a produção de alimentos, garantindo a soberania e a segurança alimentar do Brasil.

A Secretaria Nacional de Políticas Agrícola e Agrária, realizou o 4º Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CTB em 2015 para avaliarmos o quadro político, o movimento sindical no campo e as ações enquanto CTB, buscando traçar as próximas etapas da política classista entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Em um cenário de alta complexidade política, com o aprofundamento da crise institucional, com um Golpe de Estado em andamento, a CTB participou todos os anos de forma organizada, com grande presença no Grito da Terra Brasil, tanto em Brasília quanto na maioria dos estados. Nos mobilizamos contra o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, as Reformas Trabalhista e Previdenciária que atingem profundamente os trabalhadores e Trabalhadoras do Campo, com grandes mobilizações principalmente em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Piauí, Sergipe, entre outros estados.

Destacamos o papel e a capacidade de mobilização que as mulheres do campo demonstraram na Marcha das Margaridas. A CTB teve uma presença marcante durante o processo de organização e na participação na marcha, principalmente em um cenário político adverso e crítico.

Realizamos encontros estaduais com trabalhadores e trabalhadoras rurais nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins, com o objetivo de debater a conjuntura política e seus impactos no movimento sindical do campo, as reformas e as filiações a CTB.

Lutamos pela manutenção da representação unitária dos agricultores familiares e assalariados rurais na mesma estrutura, mas se fez necessário enfrentar o debate da dissociação para prepararmos as nossas federações e sindicatos para uma realidade inevitável no atual momento, após muitos e intensos debates realizados pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ocorreu a fundação da Confederação dos Assalariados (as) rurais (Contar) e diversas Federações de Assalariados(as) Rurais (Fetar).

Participamos das plenárias estaduais em preparação ao 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais, contribuindo com o debate e estimulando a militância para participação e assim fortalecer cada vez mais a Contag, as Federações e Sindicatos. Os Cetebistas tiveram destacada presença tanto nas plenárias quanto na realização do Congresso, que aconteceu em março de 2017 em Brasília, a CTB buscou manter a unidade no campo político entre a CTB e a CUT, com objetivo de fortalecer a organização, para enfrentar o retrocesso proposto pelo governo Temer.

Ainda são enormes os desafios que precisam ser enfrentar, mesmo com todas as lutas e conquistas, ainda não são suficientes para romper com a atual estrutura agrária, que concentra a maioria das terras na mão de poucos. Um modelo agrário, latifundiário, injusto e responsável pelo trabalho escravo, pela violência no campo e pelo assassinato de centenas de trabalhadores rurais e dirigentes sindicais.

Os trabalhadores assalariados e assalariadas rurais enfrentam graves problemas como a informalidade, o trabalho precário, o trabalho escravo, além da redução dos postos de trabalho no campo em virtude da mecanização e, conseqüentemente, o desemprego. É necessário lembrar que o trabalho infantil e o trabalho escravo ainda persistem nas grandes propriedades, uma das práticas desumanas e degradantes impostas por este modelo agrário no Brasil, que precisa ser permanentemente combatido pelos órgãos públicos e pelo movimento sindical. Lutamos pelo direito ao trabalho decente no campo como condição fundamental para a superação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os desafios para nossa central em relação ao campo ainda são muitos e permanentes, apesar da situação política no país, fazemos um balanço positivo até o momento:

1. Levando em consideração a agenda intensa dos últimos 4 anos, conseguimos chegar a

2017 com 538 sindicatos filiados a CTB;

2. Aumentamos nossa presença enquanto central em todas as atividades convocadas pelo movimento sindical na Contag, a exemplo do grito da terra e a marcha das margaridas;

3. Participamos da mobilização denominada Ocupa Brasília e de muitas outras mobilizações Nacionais e nos estados contra a Reforma da Previdência e Trabalhista;

4. Realizamos várias reuniões do campo CTBista na Contag, participando de todos os debates políticos e organizativos dentro de suas instâncias;

5. Participamos do GT da contribuição Sindical Rural e enfrentamos o debate necessário para a ação da dissociação;

6. Mantivemos as maiores Federações filiadas a CTB e abrimos caminho para nossa participação em outros estados. Neste período também ocorreu a filiação da Federação dos Agricultores Familiares de Mato Grosso do Sul e da Federação dos assalariados Rurais do Rio Grande do Sul.

AINDA SÃO DESAFIOS

7. Realizar uma grande Marcha pela Reforma Agrária;

8. Fortalecer a relação Política e Organizativa com as CTBs Estaduais, implementando uma pauta permanente sobre a Luta dos Trabalhadores do Campo e fortalecendo a nossa atuação junto com os trabalhadores Urbanos;

9. Intensificar a Campanha de filiação dos STRs a CTB, essa é uma tarefa permanente;

10. Formação Classista e ampliar o material específico de Comunicação;

11. Realizar atividades em conjunto com outras secretarias da CTB;

12. Lutar para manter e ampliar as Políticas Públicas de fortalecimento e valorização da Agricultura Familiar;

O processo de construção da CTB entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo é perene e importante para a luta do povo brasileiro, em defesa da democracia, na valorização do trabalho e para o desenvolvimento nacional.

IX – SECRETARIA DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Saúde e Segurança no Trabalho, em especial a Saúde Pública, é uma das principais preocupações dos brasileiros, sendo apontada em todas as pesquisas como um desafio a ser vencido. Mesmo com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988 com finalidade de universalização e democratização do direito à saúde para todo povo brasileiro, independente da sua condição social, reconhecendo a saúde como direito do cidadão e dever do Estado, ainda estamos distantes de atender adequadamente a população.

A Saúde está inserida na atual conjuntura político-econômica, primeiro pela a necessidade premente de investimento para atender as crescentes demandas de acesso a saúde pela poluição, pois a economia está na pauta da discussão política parlamentar. Segundo pela sua importância como fator aglutinador e mobilizador da população para a permanência e fortalecimento da saúde pública no Brasil. Portanto a luta pela Saúde Pública não está desassociada a luta pela garantia da democracia e o estado de direito.

É nesse cenário que a CTB, através da sua Secretaria de Saúde e Segurança, nesses quatro anos desempenha seu papel, a partir de 2013 buscou ocupar seu espaço nas várias esferas de debate e ação política, na sustentação das conquistas na área da Saúde do Trabalhador e Saúde Pública implantadas no governo Lula e preservadas pelo o primeiro e segundo mandato da presidente Dilma, eleita democraticamente em 2014. Foi com essa preocupação que o Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, através da Secretaria de Saúde e Se-

gurança da CTB, se constituiu, de forma ampla e plural, contando com representação das CTBs estaduais; técnicos e especialistas na área de segurança do trabalho e profissionais da saúde.

Em 2013 a Secretária Elgiane Lago participou como convidada do Conselho Nacional de Saúde, compondo a organização do 4º Encontro Nacional de saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que culminou com 1º Encontro Nacional de Saúde da CTB, realizado em São Paulo, em 2014. Criado com objetivo de unificar a luta pela Saúde e Segurança do Trabalhador, sob a orientação classista da Central, formou-se um Coletivo Nacional que vem se reunindo, periodicamente, a cada três meses, desenvolvendo ações importantes. Em novembro de 2014, na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, a CTB, através da organização do Coletivo, teve uma atuação de liderança e protagonista na Conferência, influenciando as outras forças políticas a aprovar as propostas mais justas para o trabalhador.

O Coletivo Nacional de Saúde é composto atualmente com maior participação os estados de SP, BA, RJ, RS, CE, MA, PA e DF

A Secretaria Nacional juntamente com o Coletivo tem participado das lutas políticas, num momento de crise econômica e política que o país atravessa, na luta por maior investimento e definição do financiamento do SUS e na implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, bem como aplicação das decisões da 4ª CNSTT, onde a CTB teve participação destacada no debate e na aprovação de propostas mais avançadas.

No campo da Segurança do Trabalho o Coletivo tem debatido sobre as NRs, contando com a contribuição do professor Engenheiro Eduardo Rodrigues, Tiago Maestro e Francisco de Assis que são membros da CTB na Comissão Tripartite Paritária Permanente do MTE, onde está em andamento uma revisão acelerada e simultânea de várias Normas Regulamentadoras (NRs), que tem a predominância das propostas dos empregadores, acabando por pautar o que é mais conveniente para seus interesses, as revisões necessário no âmbito da CTPP, devem ser feitas com a devida participação ativa dos trabalhadores e de seus representantes, pois revisões precisam de parâmetros objetivos alinhados e reais com o mundo do trabalho, para não produzir prejuízos aos trabalhadores. Logo a Central precisa se posicionar em busca de reverter a situação que são prejudiciais a classe trabalhadora

Não perdendo de vista a luta mais ampla, o Coletivo Nacional tem debatido e feito ações em defesa da Saúde Pública (SUS), orientando a atuação dos Conselheiros municipais e estaduais, participando e influenciando nos diversos fóruns, sejam eles sindicais ou dos Movimentos Sociais, que culminou na exitosa 15ª Conferência Nacional de Saúde com grande protagonismo da CTB junto ao Movimento Sindical e Movimentos Sociais avançados, com atuação efetiva na defesa e fortalecimento do SUS e pela manutenção da democracia.

Participamos ativamente do Conselho Nacional de Saúde-CNS, assumimos em dezembro de 2015 a Presidência do Conselho, na pessoa do companheiro Ronald Ferreira dos Santos- FENAFAR, conquistamos uma vaga para a CTB a partir na nossa presença, através da Secretária Elgiane Lago, conseguindo ampliar nossa participação nas Comissões Intersetoriais Nacional:

1. Comissão Intersetorial de Ciência, tecnologia e Assistência farmacêutica: indicação da FENAFAR (CTB)
2. Comissão Intersetorial de Educação permanente para o controle social do SUS: Luciano Simplicio- CTB CE
3. Comissão Intersetorial de Orçamento e Finanças: Francisco José Sousa e Silva CTB BA
4. Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações do Trabalho: Debora Melecchi CTB RS
5. Comissão Intersetorial de Saúde do trabalhador e da Trabalhadora: Elgiane Lago CTB Nacional
6. Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde: Etieno de Souza

Realizamos em 2016 reuniões do Coletivo Nacional de Saúde em SP, Salvador e Ceará finali-

zando com o 2º Encontro Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho da CTB em São Paulo; participamos organizadamente da Marcha em defesa do SUS; compomos os Conselhos Estaduais de Saúde e Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora na BA, CE, PA, MA e RS; o Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde e Segurança dos Trabalhadores (as) desde 2010: Solange Carneiro, Tiago Maestro e Eduardo Martinho; o recém-criado Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNS): Elgiane Lago; a Comissão Tripartite Paritária Permanente- CTPP- Francisco Assis Paixão e Tiago Maestro; Comissão Nacional Tripartite – NRS 12 e 13- Tiago Maestro e o Eduardo Martinho; Comissão Nacional de Benzeno com grande protagonismo da CTB: Antonio Lago

Em 2017 acontecerá o 4º Congresso Nacional da CTB, em agosto, na cidade de Salvador, nesse mesmo período estaremos mobilizando e nos organizando para a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, também orientamos nosso coletivo a contribuir para os debates estaduais e o Congresso Nacional, elaborando propostas a serem apresentadas nos respectivos estados com o objetivo de potencializar os trabalhos a curto, médio e longo prazo, no próximo mandato:

ALTERNATIVAS - ESTRATÉGIAS PARA POTENCIALIZAR OS TRABALHOS NO PRÓXIMO MANDATO	CP	MP	LP
• Secretaria Estadual de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora.			
• Fomentar a criação de Coletivos Estaduais.			
• Formação Política e Técnica: com parcerias através do Centro de Estudos Sindicais CTB, DIEESE e DIESAT.			
• realizar levantamento da participação de membros da CTB em comissões tripartites.			
• Desenvolver Plataforma informática / Banco de dados – Saúde e Segurança do Trabalho da CTB.			
• Elaboração de projeto de capacitação para membros cipeiros eleitos e diretores sindicais da CTB.			
• Realizar Encontro Nacional de Cipeiros.			
• realizar seminário estadual de Cipeiros inicialmente nos Estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.			
• Realizar Seminário Nacional de Cipeiros.			
• CTB reforçar o "poder de polícia" do MTE (expedir notificações, embargar obras, interditar estabelecimentos, setores de serviços, máquinas ou equipamentos e, se necessário lavrar autos de infração).			
• intensificar relacionamento com AFT para "mesas de negociação" no Brasil.			
• intensificar denúncias junto ao MPT no Brasil.			
• intensificar relacionamento com CERESTs no Brasil.			
• intensificar relacionamento com FUNDACENTRO no Brasil.			
• Intensificar Palestras/Workshops com Associações e Sindicatos de Técnicos de Segurança do Trabalho, alinhados com a CTB.			
• Lançar a Revista da Secretaria Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho.			

Consideramos positivo o balanço da secretaria neste rico período, com vistas nas grandes Batalhas que se avizinham, continuaremos desenvolvendo nosso trabalho com o objetivo de aplicarmos o nosso conhecimento na defesa e proteção da saúde e do trabalho em prol do desenvolvimento sustentável e soberano do país, organizando e norteando as CTBs nos estados, e seus sindicatos filiados, para as participações e intervenções nas diferentes agendas da classe dos trabalhadores, e com isto, transformando a realidade social em que vivemos.

X – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DOS TRABALHADORES PÚBLICOS

Ao tomar posse em agosto de 2013, os secretários atuais da Central já tinham as diretrizes aprovadas e divulgadas no livro “Fortalecendo o Sindicalismo” que apresenta todas as propostas aprovadas, fruto do trabalho da Secretaria de Serviços Públicos com Fátima dos Reis à frente (Gestão 2009/2013). À época, junto com os dirigentes que atuavam na área pública, construíram as diretrizes, que foram amplamente debatidas na direção e aprovada no 3º Congresso da CTB.

Desde a sua fundação, a CTB compreende a importância dos trabalhadores que atuam na máquina pública, cujo papel é fundamental para o desenvolvimento de políticas sociais públicas destinadas à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os trabalhadores públicos ao longo dos anos, vem sendo tratados como uma categoria à margem de direitos. Para a CTB, estes trabalhadores são portadores de dignidade, luta e autonomia diante da direção do Estado/Governo. Nessa perspectiva, esta Secretaria de Serviços Públicos e do trabalhador público da CTB, vem realizando um amplo debate junto à categoria e apresentando o produto fruto deste debate que tem como foco apontar as ações que deverão subsidiar a luta dos trabalhadores. Confirmam através do link: <http://www.ctb.org.br/site/imagens/arquivos/fortalecendo-o-sindicalismo.pdf>

A Secretaria propôs ao Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES) a implementação de um programa de Formação Sindical voltado para este seguimento, que incentivou muitos estados a colocarem na temática a questão do funcionalismo público, sabendo tratar-se de uma área estratégica com grande possibilidade de crescimento. Ou seja, o estado tem a opção de escolher um tema livre a ser apresentado, inclusive a temática “Servidores Públicos” teve grande solicitação. Os secretários acompanharam os professores do CES em alguns estados do País durante os cursos. A participação e a receptividade foram muito elogiadas pelos participantes, embora não sabemos os motivos, que não mais fomos convidados para esta demanda nos últimos anos.

Nos dois primeiros anos de trabalho a Secretaria da CTB, durante o governo eleito democraticamente pelo povo, atuou juntamente com as outras centrais sindicais legalmente constituídas, num Grupo de Trabalho (GT), voltado para tratar especificamente de Assuntos de interesse do Serviço público, no Ministério Trabalho e Emprego-MTE. O GT foi criado pela Coordenação de Relações do Trabalho do Ministério. Tivemos por um período grandes elaborações de propostas, construímos importantes temas que foram objetos de análise em nosso 2º Encontro realizado em Brasília e por exemplo a Organização Sindical, financiamento Sindical e a Negociação Coletiva no âmbito do Serviço Público.

Nesta gestão, a Secretaria esteve focada numa política justa, pela organização, fortalecimento, defesa e valorização dos serviços públicos, contra as ameaças do capital especulativo, que visa uma fonte rentável a fim suprir suas perdas monetárias provocada pelas sucessivas, crises do capitalismo. Esta é uma das principais tarefas que a gestão centrou e com a criação do Programa Coral, muito se fez nesta área, sendo o principal o setor de investimentos na Secretaria.

Neste período consolidamos nossa participação na Confederação dos Servidores Públicos do Brasil-CSPB, reconhecendo-a como a Confederação legítima e que organiza os servidores públicos das três esferas de Governo e de Poder.

Também reafirmamos, como já era de conhecimento, nossa disposição em construir nossas federações nos estados, para assim termos musculatura perante as outras centrais.

Assim, sugerimos para próxima gestão, conforme deliberado no último encontro nacional de Servidores Públicos da CTB, a realização de encontros regionais para maturar as formas e mecanismos da CTB nos estados, para estabelecer e definir a melhor estrutura federativa a se construir.

Neste período de transição, orientamos aos sindicatos manterem a vinculação às federações

filiadas à CSPB. Nos estados onde não for possível esta unidade pretendemos fundar as nossas federações classistas, buscando trazer outros sindicatos independentes, inclusive de outras Centrais Sindicais para que possamos trabalhar juntos.

Neste contexto, destacamos ainda nossa atuação em acompanhamento dos projetos de interesses dos servidores públicos que tramitam no Congresso Nacional, para conhecimento e combate na sua ampla maioria e pela defesa em alguns raros casos, como a aprovação da negociação coletiva(PL 3831/15), no senado e na Comissão de Trabalho câmara, que trará, um fortalecimento grande nas negociações em todo país.

Projetos de interesse dos trabalhadores do setor Público encontram-se disponíveis no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), no link abaixo: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=2889&catid=69

A Secretaria de Serviços Públicos é um espaço indispensável dentro da Central, é um setor específico para tratar de uma das demandas de categorias dos trabalhadores do Serviços Públicos. Portanto, para o crescimento e fortalecimento da central é importante reconhecer e fortalecer as lutas a partir de cada município, valorizando todas as entidades sindicais filiadas, como também, ter um planejamento estratégico em cada Estado e em âmbito nacional, com metas a serem trabalhadas junto a categoria.

Enfrentamos dificuldades, pela ausência de assessoria com dedicação exclusiva da Secretaria a assistência aos sindicatos municipais e estaduais que solicitam acompanhamentos de suas demandas nos estados, tem sido uma grande desafios, e motivo de críticas de alguns, financiamento, publicações com periodicidade e varias solicitações de interesses dos servidores públicos torna-se cada vez mais rotineira, pois trabalho tem!, mas falta responsáveis para acompanhar as demanda reprimidas pela falta de apoio estrutural.

É preciso enfatizar que apesar de todas dificuldades destacadas anteriormente, a Secretaria vem realizando um trabalho fundamental para o crescimento e fortalecimento da nossa Central, junto aos trabalhadores públicos municipais, estaduais e federais.

Pretendemos realizar os encontros regionais, trabalhando os cursos de formação sindical, fortalecendo nossa ação junto as bases de todas as entidades filiadas e as que podem ser filiadas a central.

Mas é necessário que as CTB´s estaduais se conscientizem da necessidade da criação de suas próprias Secretarias de Serviços e Trabalhadores Públicos, que tratem dessas demandas e que possam desenvolver o trabalho com a Secretaria Nacional.

Contamos com a compreensão de todos os dirigentes da CTB, em ajudar um seguimento que é o principal alvo de ataques por parte gestores deste País, que se utilizam da grande mídia, para depreciar um segmento que é uma das molas propulsoras do desenvolvimento nacional.

Devemos ter coragem de fazer o debate franco e aberto para dirimir possíveis dúvidas a respeito deste valoroso seguimento.

Em defesa e Valorização dos Serviços Públicos e dos Trabalhadores dos Serviços Públicos.

XI – SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Tendo em vista registrar as atividades da Secretaria Nacional de Previdência, Aposentados e Pensionistas informamos abaixo as ações desenvolvidas:

2014

1. Reunião do coletivo da pasta com a proposta de criação do Sindicato de Aposentados e Pensionistas SINAAP do Brasil;

2. Reunião no Ministério da Saúde para tratar das reivindicações dos aposentados e pensionistas a respeito da assistência farmacêutica e a ampliação dos medicamentos gratuitos, assim como plano de saúde para pessoa idosa;

3. Participação em quatro reuniões no ministério da previdência, para tratar das reivindicações dos aposentados e pensionistas com vários pontos como o fim do fator previdenciário, reajuste e recuperação do poder de compra dos aposentados, criação de um índice nacional de preços para a terceira idade, pela implantação do conselho de seguridade social, dentre outros;

4. Participação no Congresso Nacional no dia do idoso lutando pela aprovação das principais reivindicações dos aposentados e pensionistas, pela aprovação do projeto de lei 4434/08 que trata, reajuste dos benefícios previdenciários e da proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/06 (extingue gradualmente a cobrança da contribuição previdenciária sobre os inativos, e a desaposentação);

5. Participação como delegado no Congresso Internacional de fundação da UIS/Aposentados em Barcelona/Espanha;

6. Reunião para a proposta de realização do Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas da CTB;

7. Reunião com as centrais sindicais e COBAP para realização de um DIA DE VISITA aos parlamentares federais de cada região, afim de questionar o posicionamento a categoria dos aposentados;

8. Participação do pleito para a composição do CNDI (Conselho Nacional dos Direitos do Idoso);

9. Representação da CTB (Pascoal Carneiro) como membro titular no GTFAT;

10. Representação da CTB (Pascoal Carneiro) como membro titular no CRT (Conselho de Relações do Trabalho);

11. Representação da CTB (Pascoal Carneiro) como membro titular no GT Aferição de Representatividade;

12. Representação da CTB (Pascoal Carneiro) como membro suplente no GT-Alteração Portaria 326/2013 (urbanos e rurais);

13. Representante da CTB no GT de procedimentos para reconhecer novas categorias de trabalhadores;

14. Representante da CTB no GT que trata da nota contratual dos artistas, e ordem dos músicos;

2015

15. Reunião como membro titular no GT Aferição de Representatividade;

16. Reunião com a direção CTB/BA e os sindicatos SIMPOJUD, SINDFAZ;

17. Participação na eleição do SINTRAVEIC no Espírito Santo;

18. Visita nos sindicatos metalúrgicos e da construção civil na Bahia;

19. Reunião como membro titular no CRT (Conselho de Relações do Trabalho);

20. Reunião com o ministro do Trabalho e Emprego no CRT (Conselho de Relações do Trabalho);

21. Palestra no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/MG;

22. Representação da CTB na Plenária no Congresso Nacional;

23. Participação do Fórum de Interconselhos no Palácio do Planalto;

24. Debate de criação do Sindicato de Aposentados e Pensionistas SINAAP do Brasil na FITEE/MG;

25. Reunião PASSI/CTB, sobre a manifestação contra a PL4330 no DF;

26. Participação do 3º Congresso Internacional de Direitos Sindicais em Fortaleza/CE;

27. Participação da atividade de empoderamento entre as mulheres em salvador/BA;

28. Organização de composição da chapa na eleição do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro;

29. Participação de audiência pública no senado federal sobre a pauta do PL 664/8595;

30. Participação do debate sobre o impacto da PL 4330/04 em especial na mão de obra feminina em Salvador/BA;

31. Encaminhamentos para a eleição Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro;

32. Elaboração da ata de eleição Sindicato dos Comerciários de Salvador - SINTRASUPER;

33. Realização do debate "A Previdência Social e os Impactos da Medida Provisória 676/2015";

34. Participação da 5ª Marcha das Margaridas em Brasília/DF;

35. Reunião com o Ministro do Trabalho e Emprego, sobre a instalação do fórum sobre políticas de emprego, trabalho e renda e de previdência social.

2016

36. Reunião como membro titular no GT Aferição de Representatividade;

37. Reunião com a direção CTB/BA e acompanhamento de posse na Federação dos Trabalhadores Rurais de SE;

38. Representante da CTB na reunião do Fórum de Debates Sobre Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e de Previdência Social em Brasília/DF;

39. Visita nos sindicatos filiados em Barcarena/PA e participação do Seminário Sobre a Reforma da Previdência;

40. Reunião como membro titular no CRT (Conselho de Relações do Trabalho);

41. Reunião com direção da CTB/BA e participação de reuniões conciliatórias com os sindicatos dos comerciários de Serrinha/BA e Conceição do Coité/BA;

42. Realização do Seminário Nacional – "A Reforma da Previdência, Saúde e a Terceirização de Serviços" no Hotel Braston em São Paulo/SP

43. Participação no Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil e Seminários do Sindicato dos Metalúrgicos Salvador/BA;

44. Acompanhamento no Congresso da Federação da Construção Civil em Salvador/BA;

45. Representação da CTB na reunião de gestão da previdência Social no Ministério do Trabalho e Emprego Brasília/DF;

46. Acompanhamento na reunião com o sindicato e encontro nacional dos trabalhadores no ramo da Construção Civil em Salvador/BA;

47. Realização de palestra sobre Previdência Social para o sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo em Mongaguá/SP;

48. Acompanhamento na audiência no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/MG;

49. Participação e organização do seminário da Previdência Social em salvador/BA;

50. Reunião no Conselho Nacional da Previdência Social em Brasília/DF;

51. Participação no 17º Congresso da FSM em Durban/África do Sul;

52. Acompanhamento do ato de filiação do Sindicato dos Rodoviários do MA e participação no Seminário estadual da Previdência Social;

53. Participação do Simpósio Sindical Internacional – 70 anos da FSM em São paulo/SP;

54. Palestra no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/MG;

55. Representação da CTB no Seminário Comemorativo de 75 anos da justiça do Trabalho e 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília/DF;

56. Reunião com Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha em Brasília/DF;

57. Participação de agenda junto aos Ministérios da Previdência Social e do Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília/DF;

2017

58. Preparação para as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/MG;
59. Organização e realização de debates sobre a reforma da Previdência Social;
60. Organização e acompanhamento das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim/MG;
61. Acompanhamento do pleito eleitoral na FASUBRA em Salvador/BA;
62. Participação no Seminário reforma da Previdência Social em Volta Redonda/RJ;
63. Realização de palestra sobre a Reforma da Previdência Social em Montes Claros e Betim/MG;
64. Reunião com o Secretário Executivo da Previdência Social em Brasília/DF;
65. Organização do Seminário Sobre a Reforma da Previdência em Teófilo Otoni/MG;
66. Participação como palestrante e representante da CTB no Seminário da CONTAR em Brasília/DF;
67. Representação da CTB em reunião do Conselho da Previdência Social em Brasília/DF;
68. Participação na eleição no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil em Juazeiro/BA;
69. Participação de reunião do Grupo de Trabalho da Previdência Social em Brasília/DF;
70. Acompanhamento do congresso da CTB/SE;
71. Acompanhamento do congresso da CTB/BA;
72. Participação de reunião com SINDSEPS em Salvador/BA;

XII – SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA

A cada conquista das trabalhadoras e trabalhadores são avanços em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. A luta política cotidiana para o enfrentamento das concepções culturais predominantes como, “sindicato não é lugar de mulher” ainda persiste, porém a presença da mulher nos sindicatos e na Central, por práticas próprias, questiona a noção do sindicato como um mundo masculino. Tem se desnudado a cada dia, suas características tradicionais, alinhadas tanto no que tem de conservador quanto de conflitante, reproduzindo as relações sociais de gênero e classe da sociedade, como das empresas.

Contudo, a SMT da CTB ousou experimentar rebeldias, negações, recusa de ritos tradicionais, gestação do novo, e as mulheres classistas forjam como mulheres trabalhadoras o debate de uma visão emancipacionista, enxergando um duplo desafio a ser concretizado que é fundir o específico das mulheres ao geral da sociedade, como afirmou Loureta Valadares “despertar as mulheres para a luta social e política mostrando como as condições de gênero impedem ou limitam a participação da mulher na sociedade em suas instâncias sociopolítico-culturais (sindicatos, por exemplo) e mobilizar no sentido de travar a luta para transformar as condições de gênero em fator de avanço da luta social e participar da luta social para nela mesma levantar as questões da opressão de gênero”.

Neste sentido a secretaria participou pela primeira vez da eleição direta para eleição do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e ocupa como titular este conselho e a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais; experimentou em parceria com a Formação a realização de cursos específicos para mulheres dirigentes sindicais; realizou ainda encontro nacional e um Seminário para aprofundar a concepção de gênero além de encontros, cursos e seminários estaduais e mobilizações.

Um dos grandes desafios é perseverar na luta pela emancipação da mulher, conscientizando a classe trabalhadora do caráter estratégico dessa luta, incorporando as mulheres ao movimento sindical, contribuindo para a elevação da sua consciência revolucionária e ao incorporar as questões específicas da opressão de gênero e as bandeiras emancipacionistas

nas lutas das categorias onde as mulheres trabalham contribuindo assim para a luta geral do movimento e com isso rompendo com os preconceitos desse próprio movimento.

Estabelecer estratégias para que as necessidades e reivindicações das trabalhadoras sejam consideradas na formulação do conjunto das políticas e reivindicações. É indispensável que as ações considerem a situação concreta das mulheres no trabalho, no movimento sindical, no âmbito doméstico, familiar e na sociedade. Superar a subestimação do sentido estratégico da luta contra a desigualdade entre gêneros e dar conta do engrandecimento do papel das mulheres na vida social, econômica, política e cultural. Dotar o movimento emancipacionista na CTB de um projeto de intervenção política situado no contexto da realidade da mulher no Brasil hoje, superar a meta de 30% de mulheres e tornar a luta da mulher tarefa de toda a CTB.

Conquistamos avanços no movimento sindical, embora ainda continuem existindo obstáculos e desafios a serem vencidos. A luta continua na perspectiva de mudanças cada vez mais profundas e radicais até conquistar uma sociedade sem opressão, discriminação, uma sociedade igualitária, socialista.

ANEXO

DOCUMENTO BASE ETAPAS ESTADUAIS DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CTB

01 de Março a 30 de Junho de 2017

I – CONJUNTURA INTERNACIONAL UM CENÁRIO DE CRISES

1. A classe trabalhadora vive um momento histórico crítico e adverso em todo o mundo. Uma forte onda conservadora percorre o globo, deixando em seu caminho um rastro de destruição dos direitos sociais, guerras e ameaças à democracia e às soberanias dos povos e nações;

2. Forças de direita e extrema direita estão em ascensão em vários países. A vitória de Donald Trump no pleito presidencial dos EUA, um atestado do declínio do império americano e dos impasses da globalização neoliberal (que ele critica à direita), embaralhou a política externa do império, com iniciativas contraditórias como o fim da Parceria Transpacífico e a proibição da entrada de imigrantes muçulmanos no país, e acrescentou novas nuvens de incertezas num cenário que já se configurava crítico;

3. O pano de fundo desta conjuntura é a crise do capitalismo internacional, uma das mais longas e graves da história do sistema. A crise tem um duplo aspecto, é ao mesmo tempo econômica e geopolítica. As perturbações econômicas começaram no final de 2007 nos EUA, castigaram duramente a Europa a partir de 2011, migrando depois para países periféricos e “emergentes”. Rússia, Brasil e Venezuela estão entre os mais atingidos, devido ao fim do ciclo de valorização das commodities;

4. A classe trabalhadora é quem mais sofre com a crise. O desemprego assume proporções devastadoras e já atinge mais de 200 milhões de trabalhadores no mundo, segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

5. A burguesia reage à crise redobrando as apostas nas fracassadas políticas neoliberais, arrochando salários, alongando jornadas, desmantelando os sistemas de seguridade social, privatizando, reduzindo os gastos públicos com saúde, educação e bem-estar social, flexibilizando e reduzindo direitos. Esta ofensiva reacionária agrava os problemas sociais e promove a radicalização das lutas de classes, além de fomentar o crescimento da extrema direita;

6. Entrelaçada aos desequilíbrios da economia mundial desenvolve-se a crise geopolítica decorrente do esgotamento da ordem remanescente dos acordos de Bretton Woods, que consagraram a hegemonia global dos EUA. O império americano está em franco declínio, enquanto do outro lado do pacífico verifica-se a ascensão vertiginosa da China, que em alguns aspectos fundamentais (como PIB, medido pela paridade de poder de compra, comércio exterior, produção industrial, aquisições e investimentos externos) já superou a economia estadunidense;

7. Este movimento despertou a necessidade histórica de transição para uma nova ordem internacional, que ganhou corpo e novas feições com a constituição em 2009 do Brics (que reúne Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul) e a criação subsequente de um novo banco mundial de desenvolvimento e um fundo de reserva do bloco, bem como do banco asiático de infraestrutura e iniciativas como a nova rota da seda;

8. Simultaneamente a esses acontecimentos, também teve início na América Latina e Caribe, no alvorecer do século 21, um ciclo político progressista pautado por iniciativas que buscam a integração soberana e democrática dos povos da região e supõem um novo arranjo geopolítico na contramão do projeto imperialista dos EUA. Tivemos neste sentido a rejeição da Alca, a formação da Unasul, da Alba e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac, que incluiu Cuba e excluiu EUA e Canadá), além da ampliação do Mercosul;

9. Brics e Celac, instituições com interesses econômicos e políticos convergentes, não são bem vistos em Washington, que não poupa esforços para recompor e se possível expandir

seu domínio imperialista já histórico sobre a região que reputa como “quintal”. A contenção da China e a desconstrução do Brics, assim como da Celac e Mercosul, foram objetivos prioritários da estratégia imperialista da Casa Branca sob Obama, que esteve a ponto de deflagrar uma guerra contra a Rússia depois de ser derrotado e isolado no conflito em curso na Síria, onde armou terroristas contra o governo de Bashar al-Assad ;

10. A reação dos EUA à própria decadência é a mola propulsora de acontecimentos contemporâneos como os conflitos bélicos na Ucrânia e no Oriente Médio, com o risco implícito e ameaças recorrentes de guerra nuclear contra a Rússia, as tensões no Mar do Sul da China, a tragédia dos refugiados (que ceifa milhares de vidas no Mediterrâneo), bem como os golpes e o retrocesso neoliberal na América Latina;

11. O imperialismo reagiu ao novo arranjo geopolítico criado pelos governos progressistas no continente americano. Em aliança com as forças conservadoras locais, promoveu golpes de Estado em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), contribuiu para a derrota das forças progressistas nas últimas eleições parlamentares da Venezuela e presidenciais na Argentina;

12. No centenário da revolução proletária de 1917 na Rússia a crise geral do capitalismo indica a necessidade de reafirmar e renovar a luta pelo socialismo, que é a única saída progressista para os dilemas econômico, geopolítico e ambiental com que se defronta a humanidade. O imperialismo está conduzindo o mundo à barbárie.

II – CONJUNTURA NACIONAL UM GOLPE DO CAPITAL CONTRA O TRABALHO

13. É no contexto histórico de crise econômica e geopolítica mundial que deve ser compreendido o golpe travestido de impeachment que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff e no assalto do Palácio do Planalto por uma quadrilha de corruptos empresários liderados por Michael Temer;

14. O caráter de classes da empreitada golpista transparece nas ações concretas e no projeto de restauração neoliberal conduzido pelo governo ilegítimo. Trata-se de um golpe do capital contra o trabalho, feito para atender os interesses da aristocracia financeira internacional, da burguesia brasileira e dos latifundiários;

15. São muitos os sinais do envolvimento de Washington com os golpistas. Podemos citar, entre outros, a espionagem da presidenta Dilma Rousseff e de ex-ministros, da Petrobras e outras empresas brasileiras pela NSA (Agência Nacional de Segurança dos EUA), denunciada em 2013 pelo ex-agente Edward Snowden e, mais tarde, pelo Wikileaks; o pronto e decisivo apoio ao golpe, em contraposição aos governos progressistas e revolucionárias da América Latina e Caribe, o financiamento de atos promovidos pelos coxins e o estranho intercâmbio com a operação Lava Jato e o juiz Sergio Moro;

16. O golpe contou com amplo respaldo interno das classes dominantes nativas, a burguesia e os latifundiários, que usaram parte das classes médias como massa de manobra nos atos contra o impeachment. Também foi fundamental para seu sucesso a ação de procuradores do Ministério Público e setores do Judiciário, que agiram em conluio com a mídia burguesa para desmoralizar Lula e o PT e desestabilizar o governo, atropelando a Lei com a escandalosa conivência do STF;

17. Após a consumação do golpe de Estado travestido de impeachment que afastou a presidenta Dilma, o governo Temer procura impor um programa de restauração neoliberal que confronta abertamente os interesses nacionais. Subordina a diplomacia brasileira aos interesses geopolíticos dos EUA, enfraquece a Petrobras, abre o pré-sal à exploração das multinacionais estrangeiras, compromete a engenharia e a soberania nacional, a democracia e os

direitos sociais;

18. Cumpre lembrar que o projeto neoliberal é rejeitado pelo povo e foi reiteradas vezes derrotado nas urnas desde 2002. Constitui um retrocesso econômico, social e político inédito na vida nacional;

19. Embora frágil do ponto de vista político, corroído por contradições internas e abalado por uma sucessão de escândalos que evidenciam a farsa do golpe e de seus protagonistas, o governo conta com amplo apoio no Congresso Nacional, a cumplicidade da mídia e do Poder Judiciário e a solidariedade das classes dominantes;

20. Isto explica a aprovação no Congresso Nacional do projeto de emenda constitucional que congela por 20 anos os investimentos públicos primários (PEC 241 na Câmara ou 55 no Senado). Um ajuste fiscal radical que visa a concretização do ideal neoliberal de Estado mínimo e terá impactos profundamente negativos nos investimentos em saúde, educação, habitação e outras áreas sociais, bem como em infraestrutura, ciência, tecnologia e obras destinadas a fomentar o desenvolvimento nacional;

21. Os golpistas recorrem a um diagnóstico deliberadamente falso sobre a crise econômica, e em particular a crise fiscal, apontando como suas causas o crescimento das despesas com saúde, educação, aposentadorias, habitação, funcionalismo e outras contabilizadas no orçamento primário da União, que exclui o pagamento dos juros;

22. Uma análise mais cuidadosa das contas públicas revela que as causas do desequilíbrio não são despesas primárias. Residem no aumento dos gastos improdutivos com a dívida pública, que subiu a extorsivos 8,3% do PIB em 2015 (mais de R\$ 450 bilhões ou 42% do Orçamento da União), bem como na queda da receita provocada pela sonegação, o desemprego e desonerações (apeladas de Bolsa Empregado) que subtraíram R\$ 282 bilhões do erário no ano passado;

23. O pensamento dominante entre os golpistas e na mídia burguesa omite a responsabilidade dos juros, da sonegação e das desonerações na determinação da crise, de modo a atribuir o problema ao orçamento social e investimentos estatais. Justifica-se, assim, a imposição de novos sacrifícios à classe trabalhadora e camadas mais pobres da população, a quem é cobrada a conta da crise, enquanto salvagam os lucros exorbitantes de banqueiros e rentistas;

24. O pagamento dos juros não será congelado e as coisas foram feitas de tal modo que todo e qualquer excedente de receita que venha a ocorrer quando a economia se recuperar, e ao longo dos próximos 20 anos, serão canalizados para honrar o pagamento da dívida pública, em detrimento da saúde, da educação, do funcionalismo, da qualidade dos serviços públicos e dos investimentos produtivos. Trata-se de uma escandalosa transferência de recursos públicos aos credores da dívida interna, premiados com as mais altas taxas de juros do planeta;

25. Também com base em diagnósticos falsos, o governo golpista quer impor uma nova contrarreforma da Previdência Social, fixando inicialmente em 65 anos a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, que em poucos anos pode ser elevada a 70 anos. Uma proposta inaceitável, que vai prejudicar o conjunto da classe e em especial os trabalhadores e trabalhadoras do campo, que se aposentam aos 60 e 55 anos, respectivamente. O objetivo final do governo, embora dissimulado, é privatizar a Previdência, entregando-a à exploração da burguesia;

26. Golpistas, empresários e mídia burguesa alardeiam que a Previdência incorreu num déficit insustentável. Mas a interpretação dos fatos à luz da Constituição, que incluiu a Previdência no orçamento geral da seguridade social, mostra que não existe déficit. A seguridade é superavitária, embora os recursos que a Constituição vinculou ao seu financiamento sejam

desviados pela DRU (Desvinculação das Receitas da União, ampliada a 30% do orçamento);

27. O projeto de restauração neoliberal é a negação da Constituição promulgada em 1988. Sua realização transforma os princípios e objetivos constitucionais em letra morta. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sustenta o argumento falso de que a Constituição não cabe no orçamento da União em função dos direitos sociais nela previstas;

28. Soma-se a isto a contrarreforma trabalhista que estabelece o primado do negociado sobre o legislado e a terceirização irrestrita da economia, uma ameaça a direitos elementares como férias, 13º, licença-maternidade e muitos outros previstos na CLT;

29. A ofensiva do governo e das classes dominantes neste campo têm a finalidade de implodir o próprio edifício do Direito do Trabalho, que consagra a progressiva humanização das relações sociais de produção. Neste sentido, cabe salientar o enfraquecimento da Justiça do Trabalho, que não está sintonizada com o golpe e na Lei Orçamentária de 2016 sofreu um corte de recursos correspondente a 30% das verbas destinadas ao seu custeio e 90% das que seriam alocadas para investimentos, o que compromete seriamente seu funcionamento;

30. O programa de restauração neoliberal está unindo os três poderes da República contra a classe trabalhadora. As agendas do STF e do Congresso Nacional compreendem inúmeros projetos, decisões e iniciativas contra os direitos trabalhistas relacionadas à terceirização, prevalência do negociado sobre o legislado, ultratividade dos acordos coletivos, desaposentação, precarização da Justiça do Trabalho, entre outros temas. No Congresso, o Diap identificou mais de 50 projetos contra os assalariados;

31. No plano da democracia e das liberdades individuais e coletivas, o retrocesso é notório. Cresce a repressão e a criminalização dos movimentos sociais. O governo ilegítimo, que não tem representantes negros nem mulheres no primeiro escalão, acabou com os ministérios dedicados à reforma agrária e ao combate às discriminações;

32. Em relação à educação, que cumpre papel fundamental no desenvolvimento nacional, o governo impôs uma reforma do ensino médio através de Medida Provisória que desperta grande indignação nacional em professores e alunos. Reacionária em seu conteúdo e autoritária na forma, a MP prevê o aumento da carga horária, a retirada da obrigatoriedade de disciplinas humanas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, acenando com uma escola que atende apenas às expectativas de formação para o mercado. Os estudantes reagiram ocupando mais de mil escolas em todo o país;

33. Temer excluiu CTB, CUT, UNE, CNBB, MST e quase todas as personalidades críticas ao governo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, o chamado Conselho, criado por Lula, transformado agora numa espécie de clube de amigos do usurpador, com uma ou outra exceção. O órgão criado no governo Lula não mais comporta críticas ao pensamento único neoliberal. É hostil à diversidade, às divergências, à pluralidade e à democracia;

34. O golpe atenta contra a soberania nacional ao contemplar os interesses dos EUA e do imperialismo com a alteração das regras para exploração do petróleo do pré-sal, em detrimento da Petrobras, submetida agora a uma privatização fatiada, e em benefício das transnacionais; ao resgatar o programa de privatizações tucano; ao acabar com a política de conteúdo local; ao enfraquecer os bancos públicos, com programas de reestruturação que preveem demissões em massa; ao esvaziar o BNDES;

35. A política externa retrocedeu aos anos de FHC. Deixa de apostar na integração soberana dos países latino-americanos e caribenhos e nas relações Sul-Sul e trabalha para excluir a Venezuela do Mercosul, apequenando e subordinando o Brasil aos EUA e outras potências capitalistas. O chanceler golpista José Serra quer entregar a base de lançamento de foguetes de Alcântara (MA) a Washington, numa clara ofensa à soberania nacional;

36. A exemplo dos diagnósticos, as soluções golpistas também são uma falácia. A experi-

ência histórica sugere que as receitas de ajuste fiscal em geral agravam as crises econômicas ao invés de aliviá-las. Subtrair direitos tampouco traz desenvolvimento, sacrifica o povo e promove mais desigualdade;

37. Temer e Meirelles prometeram a pronta restauração da confiança do mercado e recuperação da economia e do nível de emprego após o afastamento de Dilma. Mentiram. O golpe agravou a recessão, que já pode ser considerada a maior da história brasileira. A taxa de desemprego aberto chegou a inédito 12% em dezembro do ano passado, um exército de 12,3 milhões. Se acrescentarmos os que já não procuram emprego (por desalento), são cerca de 19 milhões. Uma verdadeira tragédia social, que afeta principalmente os jovens;

38. A produção industrial desabou 6,6% em 2016, acelerando o drama da desindustrialização. O desemprego é dramático na indústria metalúrgica, construção naval e civil, seriamente impactadas pela operação Lava Jato. Desde que a recessão teve ingresso, no final de 2014, até o primeiro semestre de 2016, foram demitidos 31.500 trabalhadores de estaleiros, outros 28.700 das montadoras e nada menos que 780.000 da construção. As demissões em massa alcançaram também o comércio, agricultura, bancos e serviços;

39. É grave também a situação de Estados e municípios massacrados pelo endividamento, as altas taxas de juros e a concentração da arrecadação de impostos pela União. A virtual falência do Rio de Janeiro e a barbárie instalada no Espírito Santo no curso da greve da PM em fevereiro são os produtos da política de austeridade e arrocho das despesas públicas, radicalizada pelo golpe. É necessária a reformulação do pacto federativo, com uma distribuição mais justa e descentralizada dos tributos recolhidos da sociedade entre as três esferas do poder (União, Estados e Municípios);

40. A precarização avança. Em dezembro do ano passado o número de pessoas na informalidade alcançou 32,6 milhões, sendo 10,5 milhões com empregos sem carteira assinada e 22,1 milhões de trabalhadores por conta própria;

41. As campanhas salariais neste ambiente de crise consagram retrocessos para muitas categorias, constringidas a assinarem acordos com reajustes abaixo da inflação, o que configura arrocho salarial, ou parcelados e sem aumento real. O patronato aproveita o desemprego em massa para reforçar a intransigência e aumentar a exploração. Dados do Ministério do Trabalho indicam que os novos contratados com a carteira assinada na iniciativa recebem, em média, 21% menos que os demitidos na mesma ocupação, ou seja, os patrões estão demitindo massivamente para recontratar com salários menores;

42. A crise não é menos intensa no plano político. O governo golpista está atolado até o pescoço no pântano da corrupção. Em seis conturbados meses de existência computava seis ministros afastados. Temer foi citado 43 vezes na delegação de um executivo da Odebrecht, acusado de receber pelo menos R\$ 10 milhões em propinas;

43. Embora unidos no propósito de derrubar Dilma, inviabilizar a candidatura de Lula em 2018 e restaurar o projeto neoliberal, os golpistas revelam desunião em variados temas, o que deve ser explorado pelas forças progressistas na luta contra o retrocesso;

44. As grandes massas trabalhadoras ficaram à margem do movimento golpista, não participaram dos atos públicos nem a favor nem contra o impeachment, o que se explica em função do descontentamento do governo Dilma provocado pelas desonerações e o desastroso ajuste fiscal. Apesar da traição de algumas lideranças, os movimentos sociais reagiram majoritariamente contra o retrocesso, promovendo uma série de manifestações em defesa da democracia, da soberania e dos direitos sociais;

45. Cabe destacar as ocupações espontâneas de mais de mil escolas por estudantes secundaristas e universitários em todo o país, a mobilização vitoriosa dos artistas em defesa do Ministério da Cultura, que chegou a ser extinto pelos golpistas e as paralisações nacionais

(dias 11 e 25 de novembro) contra a PEC que congelou os gastos públicos e as reformas trabalhista e previdenciária;

46. Apesar das insuficiências e erros, advindos principalmente de uma excessiva conciliação com as classes dominantes, os governos Lula e Dilma promoveram transformações sociais progressistas, apostaram na integração regional e na valorização do trabalho, com uma nova política externa e a política de valorização do trabalho, a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalho doméstico e a legalização das centrais sindicais, entre outras iniciativas. Tais conquistas são alvo do governo golpista, que reajustou o salário mínimo de 2017 com um índice inferior ao da inflação, arrojando o piso e revertendo a política de valorização conquistada pelas centrais;

47. A CTB não titubeou na rejeição e denúncia do golpe desde o início, quando os objetivos da ofensiva da direita neoliberal ainda não pareciam claros. Nossa central integra o Fórum das Centrais e as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, em aliança com dezenas de outras organizações democráticas e populares, e advoga a mobilização e a luta sem tréguas contra o retrocesso, as medidas e reformas antipopulares, antidemocráticas e antinacionais do governo ilegítimo liderado por Temer;

48. A mobilização, porém, ainda está muito aquém da necessidade. É preciso ampliar o leque de alianças, envolvendo todos os setores sociais comprometidos com a democracia e a soberania nacional, viabilizando a construção de uma frente ampla para barrar o neoliberalismo;

49. Neste momento de resistência o principal desafio dos movimentos sociais é elevar a consciência política da classe trabalhadora, ganhando sobretudo corações e mentes da juventude trabalhadora na luta para derrotar o golpe, afastar o presidente golpista, conquistar novas eleições diretas e retomar a agenda da classe trabalhadora por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, democracia e soberania, aprovada na Conclat. Com este objetivo, a CTB também propõe a realização de uma Plenária Nacional da Classe Trabalhadora em 2017, reunindo o conjunto do movimento sindical brasileiro.

III – PLANO DE LUTA

Nas novas condições sociais e políticas criadas após a consolidação do golpe, com a intensificação da ofensiva contra a classe trabalhadora, a democracia e a soberania nacional e o agravamento da crise, a CTB vai resistir e lutar, em ampla aliança com os movimentos sociais e as forças progressistas em torno das seguintes plataformas e ações:

- 1.** Defender a Constituição e o Estado Democrático de Direito;
- 2.** Promover uma campanha nacional em defesa da Previdência e da CLT;
- 3.** Exigir a revisão das desonerações fiscais e o fim da desoneração sobre a folha (Previdência);
- 4.** Combater a sonegação fiscal e realizar a cobrança efetiva da dívida ativa tributária;
- 5.** Lutar pela mudança da política econômica com: reestruturação da dívida interna, redução substancial das taxas de juros, controle do câmbio, política fiscal voltada para a recuperação e o crescimento econômico, imposto sobre lucros e dividendos, taxaço das remessas das multinacionais, imposto sobre grandes fortunas; maior taxaço das heranças;
- 6.** Lutar pelas reformas democráticas (política, agrária, urbana, tributária, educacional, da mídia);
- 7.** Defender a Justiça do Trabalho e o Direito do Trabalho;
- 8.** Defender os sindicatos, a unicidade sindical e o imposto sindical;
- 9.** Defender a política de valorização do salário mínimo;
- 10.** Resistir à restauração neoliberal, defesa das conquistas, dos direitos;

- 11.** Defender a educação pública, laica e de qualidade;
- 12.** Defender a Petrobras, o pré-sal e a política de conteúdo local, contra a política de desmonte e privatizações das estatais;
- 13.** Defender mais verbas para a saúde pública e o fortalecimento do SUS;
- 14.** Combater a corrupção sem desrespeitar os direitos e garantias individuais; Combater os privilégios no setor público e o abuso de autoridade;
- 15.** Realizar uma Plenária Nacional da Classe Trabalhadora em 2017, com o propósito de atualizar a análise de conjuntura, a plataforma unitária e a agenda para um novo projeto de desenvolvimento nacional fundado na valorização do trabalho, democracia e soberania;
- 16.** Combater a terceirização e a contrarreforma trabalhista que estabelece a prevalência do negociado sobre legislado, transformando a CLT em letra morta;
- 17.** Programa emergencial de combate ao desemprego;
- 18.** Trabalhar em unidade com as demais centrais pela deflagração de uma greve geral contra o retrocesso neoliberal;
- 19.** Defender uma nova ordem mundial sem hegemonias, guerras, intervenções e imperialismo, com base na mais ampla igualdade entre os povos e absoluto respeito ao direito das nações à autodeterminação e solução pacífica dos conflitos;
- 20.** Fortalecer e valorizar a agricultura familiar, defender a reforma agrária, bem como a soberania e segurança alimentares;
- 21.** Lutar contra a desnacionalização da terra;
- 22.** Denunciar e repudiar a criminalização do movimento sindical;
- 23.** Fortalecer o sindicalismo classista, intensificar o ritmo de filiações à CTB.
- 24.** Fortalecer o sindicalismo classista, a solidariedade e o internacionalismo proletário, a Federação Sindical Mundial e o Encontro Sindical Nossa América;
- 25.** Defender a integração soberana, democrática e solidária da América Latina e Caribe, a Celac, o Mercosul;
- 26.** Defender a revolução cubana, contra o criminoso bloqueio americano, e a solidariedade com a revolução bolivariana na Venezuela;
- 27.** Lutar pela paz, contra as guerras e as prisões políticas, como Guantánamo, e pelo encerramento de todas as (mais de 800) bases militares dos EUA no continente americano e em todo o mundo;
- 28.** Reiterar a luta pelo socialismo, única alternativa progressista à crise mundial.

IV – BALANÇO – UM MANDATO EXITOSO

1. Apesar do retrocesso político no país, o balanço político e organizativo da CTB no quadriênio compreendido entre os 3º e o 4º congressos (2013-2017) é francamente positivo. Nossa central manteve sua trajetória de crescimento e consolidação, tanto quantitativo quanto qualitativo. É a terceira maior do país, segundo os dados do MTE, e a segunda em representatividade nacional, organizada em todos os estados brasileiros;

2. No início de fevereiro deste ano contava com 1155 entidades filiadas, 753 com a situação regularizada no Ministério do Trabalho. Está organizada em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Na atual gestão destacam-se conquistas como a filiação do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, com mais de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras na base, e a vitória classista no Sindicato dos Metroviários de São Paulo;

3. A qualidade da intervenção política da CTB e sua influência na sociedade aumentaram significativamente graças à prática consequente e coerente do sindicalismo classista. Cabe ressaltar a atuação internacional. Nossa central promoveu em São Paulo, junto com sindica-

listas de vários outros países, um Simpósio internacional e um Ato mundial anti-imperialista na comemoração dos 70 anos da Federação Sindical Mundial (FSM) em 3 de outubro de 2015;

4. O petroleiro Divanilton Pereira, secretário de Relações Internacionais, foi eleito secretário-geral adjunto da Federação Sindical Mundial (FSM) em seu 17º Congresso, realizado no ano passado. Em junho de 2016 os cetebistas protagonizaram uma vigorosa denúncia do golpe travestido de impeachment no Brasil durante reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A central também se destaca na organização do Encontro Sindical Nossa América (ESNA);

5. A CTB esteve na linha de frente de todas as mobilizações que sacudiram o país nos últimos anos em defesa da democracia, da soberania nacional e das conquistas e direitos do povo brasileiro, zelando pela unidade do movimento sindical e dos movimentos sindicais. Não vacilou em sair às ruas contra o golpe e participa ativamente do Fórum das Centrais e das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo;

6. O crescimento é o resultado da coerência e firmeza demonstrados na luta e nos posicionamentos políticos. Um tributo de reconhecimento da sociedade e das bases que é revelado também no robusto crescimento da audiência do portal, um sinal muito promissor sobre o alcance da nossa propaganda classista em contraposição à mídia burguesa que massifica a ideologia neoliberal;

7. O total de visitantes únicos do Portal CTB cresceu mais de 12 vezes entre 2015 e 2016, saltando de 265.723 para 3.313.887. Em matéria de comunicação a CTB é a segunda entre as centrais, como mostra o quadro sobre o ranking global e nacional com a posição dos sites das centrais na internet reproduzido a seguir (observe que a leitura das posições no ranking se faz de forma decrescente, ou seja, quanto menor a pontuação, melhor a colocação da entidade):

Central Sindical	Ranking Global	Ranking Nacional ¹
CUT	259.314	9.002
CTB	417.904	19.788
Intersindical Central	993.738	39.803
Força sindical	1.269.943	46.033
UGT	3.097.208	51.762
CSB	3.253.292	83.742
CSP-Conlutas	3.412.136	142.534
CGTB	4.837.740	Sem dados
NCST	8.877.778	Sem dados
Intersindical	22.213.658	Sem dados

¹ Fonte: <http://www.alexa.com/siteinfo>

Dados aferidos em dezembro de 2016

Evolução da "audiência"			
Portal CTB	Visitantes únicos	Total de visitas	Páginas
Total 2015	265.723	534.723	2.662.067
Total 2016	3.313.887	4.457.910	7.343.431

8. Este significativo avanço deve ser atribuído aos novos investimentos e à prioridade concedida pela direção da CTB à comunicação, associado à posição firme de denúncia e oposição ao golpe e defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora;

9. A guerra ideológica pela conquista da consciência dos trabalhadores e trabalhadoras é um dos maiores desafios do sindicalismo classista, senão o maior neste momento histórico crítico. Do outro lado da trincheira temos a mídia burguesa, que dispõe de poderosos instrumentos para criar e difundir uma falsa consciência nas massas populares, desviando-as da luta contra o neoliberalismo. Da conscientização das bases depende sua mobilização pelas centrais e os movimentos sociais, que hoje deixa muito a desejar;

10. O balanço positivo não deve ofuscar os problemas e fragilidades da nossa ação sindical, apontados já no 3º Congresso e que ainda não foram superados. Em certa medida são vícios e debilidades comuns ao conjunto do movimento sindical brasileiro, que vive uma crise de representatividade evidenciada pela baixa capacidade de mobilização;

11. Combater a burocratização e superar o divórcio entre direções e bases é indispensável para o fortalecimento da central e do sindicalismo classista no Brasil. As lideranças da CTB devem redobrar os esforços para criar comissões sindicais nos locais de trabalho e valorizar as demais formas de organização classista nas bases.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**

Filiada à

